



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Giovana Martins Maximiano

**Violência contra lésbicas no Brasil: uma revisão integrativa
de um problema social em construção**

Rio de Janeiro

2023

Giovana Martins Maximiano

Violência contra lésbicas no Brasil: uma revisão integrativa de um problema social em construção

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Lowenkron

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/ REDE SIRIUS/ CB/C

M386 Martins, Giovana Maximiano
Violência contra lésbicas no Brasil: uma revisão integrativa de um problema social em construção / Giovana Maximiano Martins. - 2023. 89 f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laura Lowenkron

Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.

1. Violência de gênero. 2. Lésbicas. 3. Estupro. 4. Construção social do gênero. 5. Performatividade de gênero. 6. Violência na sociedade. I. Lowenkron, Laura. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. III. Título.

CDU 316.6

Bibliotecária: Thais Ferreira Vieira CRB-7/5302

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Giovana Martins Maximiano

Violência contra lésbicas no Brasil: uma revisão integrativa de um problema social em construção

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em: 12 de dezembro de 2023.

Banca examinadora: _____

Prof.^a Dra. Laura Lowenkron (Orientadora)

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Prof. Dr. Horácio Sívorí

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro – UERJ

Prof.^a Dra. Sílvia Aguião

Universidade Federal do Maranhão

Rio de Janeiro

2023

AGRADECIMENTOS

Em 2020 Emicida (rapper, músico, compositor e produtor cultural), no documentário *Amarelo – É Tudo para Ontem*, cita um provérbio yoruba que repetidas vezes eu já havia ouvido dos meus mais velhos. Mas que volta a circular com mais assiduidade após a popularidade do documentário. O provérbio diz o seguinte, em tradução literal para o português: “*Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra que só jogou hoje*”. Essa sabedoria ancestral permite assimilar Exu, dentre muitas coisas, como Orixá da comunicação, das trocas justas e do manejo do tempo e espaço. Orixá que abre caminhos para novas assimilações dos eventos e discussões, que a partir do caos, estabelece o progresso. Exu é figura fundamental nos cultos africanos, sobretudo os yorubas, mas também os cultos estabelecidos na diáspora brasileira. Exu é aquele que sempre vem primeiro, em vários sentidos. Alguns mais velhos me dizem também que aquele que alimenta Exu, jamais conhecerá a fome. Não apenas a fome de alimento, mas a fome de coragem, força e possibilidade de manifestação do axé em sua própria vida. Desde então, Exu é sempre o primeiro na minha vida e por isso, nunca mais tive fome(s). *Adupé* Ésù, por tudo e por tanto. Laroyê!

Em seguida, agradeço a família de onde vim, sobretudo minha mãe Eliana, pelo exemplo de mulher que sempre foi e pela mãe que sempre deu tudo que pode para ver seus filhos encontrando algum lugar no mundo. E também a família que hoje construí, agradeço ao meu companheiro e marido, Alex. O período do mestrado foi de muitas provações, mas eu tive e tenho sorte em te-lo ao meu lado. O amor, a boa vontade e o companheirismo que me foi oferecido por Alex foram aspectos fundamentais da minha trajetória.

Agradeço em especial também a minha orientadora Laura Lowenkron por todo apoio e paciência. Laura é o tipo de orientadora, professora e pesquisadora que torna possível, a partir de um espaço seguro e afetuoso, retomar a humanidade do sujeito frente ao mundo acadêmico, com sua rigurosidade gentil e suas orientações assertivas.

Agradeço também à todos, sem exceção, que tive oportunidade de trocas e aprendizado no CLAVES/ENSP/Fiocruz, em especial os pesquisadores Adriano Silva, Edinilsa Ramos, Kathie Njaine e Cristiane Batista. Além disto, agradeço também a boa receptividade de todos do IMS/UERJ, mas em especial toda minha turma de 2021. Coursar o mestrado em meio a uma pandemia foi desafiador. E os colegas da turma de 2021 se tornaram mais que apenas colegas, mas sim amigos em que foi possível construir um lugar de trocas afetuosas.

Ao fomento de pesquisa e bolsa do CNPq/Capes, agradeço a oportunidade também.

RESUMO

MARTINS, Giovana Maximiano. *Violência contra lésbicas no Brasil: uma revisão integrativa de um problema social em construção*. 2023. 89 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Esta dissertação tem como objetivo analisar a violência contra lésbicas no Brasil contemporâneo tendo como contexto as empreitadas do movimento LGBTQIA+ em relação a constituição de “sujeito de direitos” (Aguião, 2018) em meio as dobras da concepção de direitos relacionadas aos direitos sexuais (Carrara, 2015). A visibilidade como forma de estratégia para avançar em termos de pautas sociais e políticas (Efrem, 2016) é revisada criticamente (Mason, 2002) para pensar o problema social da violência contra lésbicas. O método utilizado foi a revisão integrativa, os materiais analisados foram teses e dissertações e a base de dados utilizada foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Dentre os principais resultados é possível destacar a violência contra lésbicas aparecendo mais frequentemente no âmbito doméstico e na esfera familiar. O tipo de violência mais usual é a violência física e psicológica, ainda que a violência sexual seja tema recorrente e necessite de maiores investigações. Quanto a visibilidade frente a violência, estratégia intensamente utilizada pela comunidade LGBTQIA+, sobretudo pessoas trans, travestis e homens gays, quando se trata de mulheres lésbicas, essa estratégia parece ser “habitada” de modo diferenciado. As proposições de Halberstam (2005) acerca de tempo e espaço *queer* permitem situar mulheres lésbicas frente a um *anacronismo* quando se trata de habitar as normas de uma sociedade estruturada em um modelo de família nuclear, heterossexual, burguesa e branca. Nesse ponto, proponho ao longo da dissertação pensar a invisibilidade lésbica sendo “habitada” a partir do conceito de agência (Mahmood, 2019).

Palavras-chave: Lésbicas. Violência. Lesbofobia. Lesbocídio. Estupro Corretivo. Violência de Gênero.

ABSTRACT

MARTINS, Giovana Maximiano. Violence against lesbians in Brazil: an integrative review of a social problem under construction. 2023. 89 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This dissertation aims to analyze violence against lesbians in contemporary Brazil, taking as a context the efforts of the LGBTQIA+ movement in relation to the constitution of “subject of rights” (Aguião, 2018) amid the folds of the conception of rights related to sexual rights (Carrara, 2015). Visibility as a form of strategy to advance social and political agendas (Efrem, 2016) is critically reviewed (Mason, 2002) to think about the social problem of violence against lesbians. The method used was the integrative review, the materials analyzed were theses and dissertations and the database used was the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Among the main results, it is possible to highlight violence against lesbians appearing more frequently in the domestic and family spheres. The most common type of violence is physical and psychological violence, although sexual violence is a recurring theme and requires further investigation. As for visibility in the face of violence, a strategy intensely used by the LGBTQIA+ community, especially trans people, transvestites and gay men, when it comes to lesbian women, this strategy seems to be “inhabited” in a different way. Halberstam's (2005) propositions about queer time and space allow us to place lesbian women in the face of an anachronism when it comes to inhabiting the norms of a society structured around a nuclear, heterosexual, bourgeois and white family model. At this point, I propose throughout the dissertation to think about lesbian invisibility being “inhabited” based on the concept of agency (Mahmood, 2019).

Keywords: Lesbians. Violence. Lesbophobia. Lesbocide. Corrective Rape. Gender Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Quadro 1. Código do artigo, título, autor e ano de publicação.....	34
Quadro 2 –	Quadro 2. Resultados da busca por teses e dissertações.....	41
Figura 1 –	Imagem 1. Tabela de sistematização de dados	42
Quadro 3 -	Quadro 3. Resultados agrupados por ano	45
Figura 2 –	Imagem 2. Fluxo da aplicação dos critérios de exclusão	47
Quadro 4 -	Quadro 4. Produções selecionadas na revisão integrativa com descrição.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Tabela dinâmica dos dados sem duplicidade	44
Tabela 2 –	Teses e dissertações selecionadas	48

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	ENTRE DESLOCAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS: O PROBLEMA SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA LÉSBICAS EM CIRCULAÇÃO	20
2	PERCURSO METODOLÓGICO	32
2.1	Primeira etapa	33
2.2	Segunda etapa	39
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
3.1	A violência contra lésbicas ao longo do tempo e a (des)centralidade do tema em meio a outras pautas do movimento LGBTQIA+	51
3.2	Como a violência vem sendo nomeada/definida	54
3.3	Quais são os tipos de violência e qual o locus mais frequente	63
3.4	Entre manejos e reações: a invisibilidade lésbica e o agenciamento	72
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	85
	APÊNDICE	89

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação está inserido na linha de pesquisa “Gênero, sexualidade e saúde”, na área de concentração de Ciências Humanas e Saúde, do Programa de Pós Graduação do Instituto de Medicina Social da UERJ. As fronteiras do tema que trabalho se estabelecem em relação às noções de saúde a partir da atenção delegada ao fenômeno da violência como fator de impacto na saúde, como aponta Minayo e Ramos (1997), Minayo (2006) e Sarti (2009).

A violência se apresenta como um fenômeno complexo e constitui um dos obstáculos à concepção de “sujeito de direitos” (Carrara, 2010; Carrara, 2015; Aguião, 2018) no Brasil contemporâneo. Nesse contexto, o objetivo da minha pesquisa é analisar como o problema social “violência contra lésbica” emerge e tece alguns “contornos próprios”. A construção desse problema é compreendida nesta dissertação em diálogo com diferentes campos. De um lado, a emergência do problema é situada em meio à dinâmica dos estudos e dos movimentos feministas, que em alguns momentos se detém na centralidade do modelo de opressão sexo/gênero (Rubin, 1975) para pensar a heterossexualidade compulsória. De outro, a violência contra lésbicas também se particulariza em relação ao avanço das movimentações de um coletivo hoje conhecido como comunidade LGBTQIA+, que a partir de lutas simbólicas e tensionamentos em arenas políticas e sociais, buscam avançar com a pauta da construção e garantia de um “sujeito de direitos” com a utilização de estratégias específicas, como a visibilidade.

Inspirada na abordagem construcionista dos problemas sociais (Lenoir, 1996), a minha pesquisa também tem como objetivo investigar os atores sociais e as estratégias utilizadas no manejo da violência em relação ao problema social aqui proposto, a violência contra lésbicas. Isto implica dizer que, em alguma medida, dialogo com os estudos feministas que falam sobre a heterossexualidade compulsória e também com os avanços da comunidade LGBTQIA+ no que tange à garantia de direitos a partir da visibilidade, mas também pretendo ir além disto na investigação de como lésbicas lidam com o problema e “habitam” certas invisibilidades.

O foco em específico na violência contra lésbicas se justifica pelo fato de grande parte da literatura feminista tratar da questão a partir da centralidade do modelo de opressão sexo/gênero e outros avanços teóricos que tensionam esta centralidade ainda serem escassos, por um lado. E por outro, como a questão da visibilidade como principal estratégia da comunidade LGBTQIA+ frente à violência e garantia de direitos pode ser manejada de maneiras diferentes diante dos sujeitos que compõem esta sigla, a saber, Lésbicas, Gays,

Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Travestis, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

Tratando-se da estrutura desta dissertação, ela foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo, além de apresentar os referenciais teóricos, também é parte da minha pesquisa bibliográfica em si, pois ali situo e delimito os fluxos sociais, históricos e políticos que além de tangenciar meu objeto de pesquisa, também o constituem. E, mais do que isso, demonstram o quanto estas construções e deslocamentos estiveram e ainda estão em disputa. Logo, o Capítulo 1 é uma “base” de onde parto para pensar na constituição da própria pesquisa em si, mas também possui discussões teóricas que aciono e dialogo durante todo restante da pesquisa.

Já o segundo capítulo diz respeito àquilo que formalmente chamamos na academia de metodologia e de fato, o é. Mas a extensão deste capítulo também revela os percursos percorridos por mim na busca por materiais e métodos de investigação que abarcassem aquilo que pretendi investigar. Em termos metodológicos, a minha pesquisa se caracteriza por uma revisão integrativa (Mendes, Silveira e Galvão, 2008) de teses e dissertações que tratam da violência contra lésbicas, mobilizadas pelos termos *lesbofobia*, *lesbocídio* e *estupro corretivo*. Tanto no capítulo 1, quanto mais especificamente no capítulo 2, descrevo o porquê da escolha destes termos. Além disso, utilizo também quadros e tabelas com objetivo de elucidar melhor os caminhos que segui, os resultados que obtive e a organização destes dados para a análise.

A análise qualitativa dos dados da revisão integrativa, por sua vez, será apresentada no capítulo 3. Este capítulo é dividido em quatro subtópicos, que revelam “eixos” analíticos em comum nos trabalhos e como melhor explicitado na metodologia, também serviram como forma de “agrupar” as produções encontradas por mim para a análise. No primeiro subtópico analiso como a violência contra lésbicas vem sendo mobilizada “dentro” desse todo que compõe a comunidade LGBTQIA+. No segundo, como ela vem sendo nomeada e busquei pensar criticamente acerca da utilização dos termos *lesbofobia*, *lesbocídio* e *estupro corretivo* em relação aos trabalhos analisados. No terceiro subtópico, tive por objetivo verificar quais violências eram mais descritas e os locais em que ela ocorria, traçando diálogos com a violência contra mulher e violência doméstica. Já no quarto, a minha investigação coloca em xeque a própria noção de *visibilidade* enquanto estratégia acionada pelo movimento LGBTQIA+ diante do manejo da violência. Nesse sentido, parece que a (in)visibilidade acerca da violência contra lésbicas e as próprias “manobras” de lésbicas para visibilizarem menos suas sexualidades poderiam ser interpretadas como tentativas de diminuir a violência que pode as atingir, de acordo com os trabalhos que analisei.

Como o objetivo da minha pesquisa é analisar a forma como o problema social violência contra lésbicas emerge e circula me valendo de descrições acerca dos fluxos, processos de institucionalização e também atores sociais envolvidos, julgo pertinente nesta introdução, em alguma medida, também me situar enquanto sujeita-pesquisadora.

A minha graduação é em psicologia, mas as aproximações que tive com a temática da violência contra lésbicas vem da iniciação científica realizada por mim no CLAVES¹, departamento que se debruça aos estudos de violência, criado pela ENSP/FIOCRUZ². Meu trabalho de investigação da violência contra lésbicas no instituto esteve relacionada à sua incidência na comunicação digital, juntamente a outras violências, como a comunidade LGBTQIA+ de modo mais amplo, mas também ao cyberbullying e à violência autoprovocada.

O CLAVES foi um ambiente em que foi possível ter muitas trocas e aprendizados acadêmicos e também valiosas construções de relações pessoais. Mas o departamento é veiculado a uma instituição de Saúde Pública e, como discuto ao longo da dissertação, as abordagens deste escopo de conhecimento usualmente valorizam mais as produções quantitativas do que as qualitativas. Ainda que no CLAVES, especificamente, a flexibilidade de tratar o fenômeno da violência a partir de abordagens qualitativas seja possível e estimulado, ainda assim, em alguma medida, a meu ver essa potência habita lado a lado à sombra de responder às investigações com foco em dados quantitativos e não a partir de dinâmicas relacionais, como é o caso desta pesquisa. E mais do que isso, julgo pertinente dizer que uma das principais lacunas/justificativas sobre o meu tema é exatamente esta: a necessidade de olhar o caráter relacional estabelecido entre os tipos de violência, a forma como ela é percebida, os manejos feitos e a compreensão da lógica própria de cada sujeita em relação a estas manobras.

Nesse sentido, a minha inserção no IMS possibilitou um amadurecimento teórico em relação a outras formas de trabalhar aquilo que hoje é o tema desta pesquisa. Por um lado, a graduação em psicologia possibilitou um olhar para o meu tema de modo a fluir sem tanta dificuldade em relação ao seu caráter relacional. Por outro, minha formação também oferece limitações em relação à empreitada desta pesquisa e dissertação, que adentra campos teóricos que estão fora da minha zona de conforto e graduação: a sociologia e a antropologia. Busquei explorar de modo árduo estes novos espaços e esta dissertação é um dos frutos deste trabalho.

¹ Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli.

² ENSP é a abreviação de Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

1 ENTRE DESLOCAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS: O PROBLEMA SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA LÉSBICAS EM CIRCULAÇÃO

Os estudos acerca da violência, sobretudo a partir da percepção deste fenômeno como multifatorial, polissêmico e relacional (Minayo, 2006), é uma temática que tem recebido crescente atenção no âmbito acadêmico já há algumas décadas. Quando o assunto é a violência e suas interlocuções com a Saúde é possível apontar a forma como o tema emerge muito ligado a Saúde Pública, sobretudo. De acordo com Minayo e Ramos (1998) no decorrer dos 1960-70 o campo da Saúde aponta para um crescente exponencial nos dados de mortalidade. A análise das causas que relacionavam a mortalidade com um perfil epidemiológico revelou a transição das doenças infecto-parasitárias para o contexto da violência como importante fenômeno de impacto (Sarti, 2009). Estas explanações fornecem um “pano de fundo” onde a violência, cada vez mais, aparece como categoria central em diversas análises acadêmicas nos anos posteriores. E mais do que isso, como a(s) violência(s) afetariam grupos variados da sociedade, sobretudo na relação de produção saúde-doença. E também num sentido mais amplo, como em relação a garantia de direitos e os contornos sociais e políticos em que os aspectos de “direitos” avançam em outras instâncias sociais, tais quais os âmbitos legislativo e judiciário.

A temática da violência enquanto categoria analítica, mas também enquanto fenômeno, avança em crescentes discussões não apenas nos âmbitos acadêmicos, mas também a partir dos ativismos e da sociedade num geral (sobretudo em seu aspecto da visibilização midiática/redes sociais). Inspirada na abordagem construcionista dos problemas sociais proposta por Lenoir (1996), a minha pesquisa tem como objetivo explorar a forma como o problema social violência contra lésbicas no Brasil tem se constituído, emergido e circulado entre os diferentes atores sociais. E para pensar a violência em específico em meio a dinâmica a esta dinâmica, me apoio também em Lowenkron (2012).

Ao longo da dissertação, adenso a discussão acerca das diferenciações entre problema social e problema sociológico (Lenoir, 1996) e como a *práxis* disto se apresenta ao longo da minha pesquisa. No entanto, um dos objetivos deste capítulo é, por hora, apenas situar o tema e explicitar ao leitor qual o meu ponto de partida. A proposta de dedicar um capítulo com este foco é elucidar que um fenômeno social não é apenas algo que “acontece” na realidade material. E sim uma espécie de construção em meio a uma teia de atores sociais e relações (entre sujeitos, entre instituições e entre normas morais e sociais). E quando o assunto é violência enquanto um fenômeno e seu caráter relacional, Lowenkron (2012) aponta como um evento pode não ser visto como um abuso ou violência de modo particularizado ao longo de décadas, mas a partir

de novos olhares, tem a possibilidade de se constituir como uma categoria com delimitações específicas. Nesse sentido, trago para o diálogo o meu tema em si, que é a violência contra lésbicas especificamente.

Para pensar a teia de relações que parece existir tratando-se da violência contra lésbicas, é preciso refletir também quando e quais contextos que a violência contra lésbicas começou traçar seus primeiros “contornos”, emergindo como um problema social. Nesse sentido, temos o problema social “violência contra lésbicas” aparecendo relacionado a dois contextos. Por um lado, as primeiras empreitadas de grupos socialmente organizados inicialmente conhecidos como “minorias sexuais” (Facchini, 2005) em busca de garantia de direitos frente a redemocratização do Brasil em período pós ditadura militar entre os anos de 1970-1980. E por outro (e aqui uso o termo “outro” para apontar uma lateralidade teórica e também temporal, e não uma contraposição) os grupos que tinham como objetivo pensar a violência contra mulher que no Brasil foram inicialmente influenciadas pelo feminismo estadunidense, como aponta Heilborn e Sorj (1999).

Nesse sentido, conforme a violência contra mulher vai tecendo seus próprios contornos a partir da década de 80, o termo “mulher” é tensionado em relação a sua abrangência enquanto categoria para circunscrever sujeitas e o conceito de gênero começa a ser acionado (Heilborn e Sorj, 1999). Debert e Gregori (2008) apontam que o aparecimento de contornos próprios acerca da violência de gênero, tensionou limites e também estabeleceu fronteiras em relação a violência doméstica. E nesse sentido, houveram desfoques em relação a violência contra mulher em si. Na arena estatal, “*no fluxo do processo da delegacia aos juizados*” (Debert e Gregori, 2008, p. 170-175) àquilo que se configurava como violência doméstica usualmente recebia um tratamento diferenciado em que “*a lógica que orienta a conciliação nos juizados implica em uma solução rápida, simples, informal e econômica para os casos que não deveriam estar ocupando espaço no Judiciário tampouco o tempo dos seus agentes*” (Debert e Oliveira, 2008 *apud* Debert e Gregori, 2008, p. 173). O incomodo em relação ao modo como a violência doméstica era tratada motivou movimentos feministas a reivindicarem mudanças, levando a promulgação da Lei “Maria da Penha” (Lei 11.340/2006).

Para Debert e Gregori (2008) um novo contorno trazido pela Lei “Maria da Penha” (Lei 11.340/2006) para violência contra mulher como “violência doméstica e familiar contra mulher”, ao mesmo tempo que objetivava atender a demanda das delegacias especializadas nestes casos, também reforçaria a noção de violência de gênero circunscrita ao espaço doméstico e esfera familiar. Mesmo com a lei Maria da Penha, haveria então um impasse acerca de como se pensar a violência de gênero para além destes espaços. Além disto, as

reflexões que trago nestes últimos parágrafos se relacionam com a minha pesquisa em dois pontos: o primeiro, é explicitar o quanto a forma como o problema social violência contra mulher se apresenta em meio a diversas tensões, fronteiras e limites. E como estas dobras acerca da noção de violência contra mulher se estabelecem, em muitas medidas, no questionamento de “que mulher é essa?” e “que papel” esta mulher ocupa frente a uma esfera familiar. E nesse sentido, também o que a sexualidade teria a ver com a construção/manutenção/perpetuação dos modelos em que esta esfera familiar funciona. E o segundo ponto é a noção de violência contra mulher muito relacionada aos âmbitos doméstico e a esfera familiar.

Se por um lado as movimentações feministas tiveram forte relevância nas tensões políticas que levam a promulgação da Lei Maria da Penha, por outro parecia haver esforços também na reflexão acerca dos pontos que trouxe no parágrafo anterior. Em meio as dobras sociais e políticas que envolvem a noção de violência contra mulher ao longo do tempo, o problema social da violência contra lésbicas aparece relacionado a própria constituição de uma “esfera familiar” moldada em referenciais normativos como a sexualidade.

Para elucidar melhor o meu argumento do parágrafo anterior, é preciso situar que entre os anos de 1970-1980 há as primeiras reverberações dos escritos de Gayle Rubin (1975) acerca de um modelo de opressão sexo/gênero que, em alguma medida, acaba dialogando com as noções de violência contra mulher. Nesse caso a normativa sobre a sexualidade (a heteronormatividade) é, de acordo com Rubin (1975), um dos, senão o principal, cerne em que o modelo de “família” é fundado em diferentes culturas. Apoiadas nesse pressuposto, autoras como Rich (1981) e Wittig (1992) situam a heteronormatividade diretamente relacionada a violência contra mulher, sobretudo contra mulher lésbica. A heterossexualidade enquanto *compulsória* como proposta por Rich (1981) e fomentada por Wittig (1992) marcam a centralidade em que o modelo de opressão sexo/gênero aparece nas reflexões acerca das noções de violência contra mulher e violência contra lésbicas durante as décadas posteriores.

Não pretendo me estender agora nas argumentações acerca da heterossexualidade compulsória pois o farei em diálogo com os resultados da minha pesquisa em capítulos a frente. Porém, a introduzo aqui para situá-la em relação a como o problema social da violência contra lésbicas vem sendo compreendido ao longo do tempo. E também para situar outros deslocamentos em que a violência contra lésbicas vem recebendo atenções, para além da centralidade do modelo de opressão sexo/gênero.

Lateralmente a estas reflexões trazidas, o problema da violência contra lésbica também aparece relacionado aos fluxos e processos da comunidade LGBTQIA+, em movimento de construir e ser construída, nas empreitadas sociais e políticas em busca de “fazer-se” como

sujeitos de direitos no Brasil. Nesse sentido, o trabalho de Aguião (2018) revela uma valiosa e vasta etnografia que elucida parte de como os sujeitos LGBTQIA+ que compõe a sigla se unem de modo a formar uma espécie de “coletividade imaginada” (Benedict Anderson *apud* Aguião, 2018) inicialmente. Mas que a coesão deste grupo tensiona limites, estabelece fronteiras e avança enquanto pauta na busca por garantia de direitos, nos entremeios de uma “morfologia” do Estado.

A partir disto, é possível dizer que a violência contra lésbicas também aparece entre as dobras da integração e constituição desse “coletivo” LGBTQIA+ e suas movimentações sociais, políticas e acadêmicas. Dentre as muitas possibilidades de diálogo e reflexão que poderíamos fazer acerca do trabalho de Aguião (2018), aponto duas que parecem ser caras ao contexto da minha dissertação: que “direitos” são esses que este coletivo, ou seja, a comunidade LGBTQIA+ busca e quais seriam as estratégias na busca por essa garantia de “direitos”?

As duas questões acima são reflexões que também parecem acompanhar Aguião (2018) em sua etnografia. O objetivo da autora parecia ser justamente o de revelar o caráter mutuamente constitutivo das perguntas e respostas que tangenciam os temas contidos nestas questões, por um lado. E por outro, a partir do seu estudo de campo e diálogos teóricos, também apontar os contornos já tecidos, assim como e quais disputas estes contornos circunscrevem nas arenas sociais e políticas.

Nesse sentido, Aguião (2018) apoiada em Facchini e França (2009) e Carrara (2010), aponta para uma trajetória em que a noção de “direitos LGBTQIA+” aparece muito relacionada as conceituações sobre direitos humanos de forma geral, mas também de modo mais específico, das aproximações da concepção de direitos sexuais também como direitos humanos. Carrara (2015) ao revisitar o artigo mencionado por Aguião (2018), tece novas contribuições acerca das morais e “normativas” que entrecruzam e atravessam as concepções de “sujeitos”, “direitos” e os “fazer” do Estado.

Carrara (2015) trabalha a noção de direitos sexuais inicialmente inspirado pela ótica de política sexual (Weeks, 1989). Me apoio então nos escritos de Carrara (2015) com objetivo de pensar o problema social da violência contra lésbicas em específico (mas ainda em diálogo deste problema social tangenciada pela “coletividade” LGBTQIA+), para dizer que seria possível pensar então que a centralidade de um modelo de opressão sexo/gênero colocaria os sujeitos sexuados, categorizados como homem ou mulher a partir de sua genital, frente a um dito destino “natural” da reprodução. Nesse sentido, a construção de um vínculo afetivo e de um núcleo familiar também são esperados socialmente e a relação monogâmica heterossexual é tida como um padrão de normalidade. Para além da influência biomédica, este modelo de

relação também ora se afasta e ora se aproxima da moral cristã e por interesses do Estado (Carrara, 2015). Então, neste contexto, os direitos sexuais, suporiam a fragilidade da mulher e a arena estatal, a partir do legislativo, judiciário e executivo, são acionados de modo a suscitar a noção de direito como a possibilidade de se inserir neste modelo da família monogâmica heterossexual sem sofrer violências no processo. Ou seja, ter direitos, nesse contexto, teria mais a ver com a possibilidade de não sofrer preconceito, discriminação e outros tipos de violência na trajetória da manutenção de um modelo de relação afetivo sexual que serviria, sobretudo, a interesses do Estado, a grosso modo.

É importante desnudar algumas dobras por trás da noção de direito sexual, para compreender como a concepção deste conceito pode estar sofrendo modificações ao longo da história. Em uma tentativa de situar historicamente quando a noção de direitos sexuais parece tomar novos rumos, Carrara (2015) aponta que o pós segunda guerra cunha um cenário de questionamentos acerca da moralidade, racionalidade e processos políticos deste “antigo regime”. Neste ponto, os direitos sexuais aparecem se entrelaçando com as concepções de direitos humanos. É de particular relevância explicitar então que, nesta linha de raciocínio, a ideia de direito sexual enquanto um desdobramento de direitos humanos, colocam o *sujeito* e o manejo do *desejo* e *sexo* em foco. E mais do que isso: “(...) *no que diz respeito à sexualidade, as expectativas relativas à subjetivação, à responsabilização e ao controle de si aprofundam-se enormemente.*” (Carrara, 2015, p. 327-329)

Nessa espécie de ensaio *heurístico* (como o próprio autor definiria) que traz a comparação de um novo *versus* um antigo regime proposto por Carrara (2015), o direito sexual desse “antigo” regime teria mais a ver com garantir uma inserção no modelo da família monogâmica heterossexual. Já no “novo” regime, influenciada pelo ativismo feminista e LGBT, por novas configurações sociais que valorizam o prazer sexual para além da reprodução e a influência de escopos de conhecimento psi e sexológicos:

“O critério fundamental que separava o bom e o mau sexo se desloca progressivamente da reprodução biológica e da produção eugênica de uma população ou raça sadia para a promoção do bem-estar individual e coletivo através do bom uso dos prazeres. (...) O critério de avaliação moral das práticas sexuais passa a se basear, de um lado, na sua congruência com uma suposta verdade interior dos sujeitos expressa em seus desejos e, de outro, no pleno consentimento em participar das relações sexuais. Em suma, o exercício da sexualidade desloca-se em relação à lógica das obrigações conjugais ou cívicas, para ancorar-se na busca da realização pessoal, da felicidade, da saúde ou do bem-estar.” (Carrara, 2015, p. 329-331)

Essa mudança de paradigma no que tange a conceituação e texturas de direito sexual e o que se está querendo dizer em termos práticos, ou seja, como os sujeitos, a sociedade civil, os ativismos, a arena estatal e os âmbitos acadêmicos manejam politicamente o conceito, é importante para compreender, por exemplo, como algumas práticas seriam criminalizadas e condenadas, além das motivações para tal. Essa linha de investigação parece de importante relevância, sobretudo para a temática desta dissertação. Uma das possibilidades que Carrara (2015) traz para ilustrar seu pensamento e inferir possibilidades para o futuro, é o caso do estupro, que deixa de ser um crime contra os costumes e passa a ser compreendido como um crime contra a pessoa, tendo sua pena aumentada. Esse ponto é particularmente importante para a temática aqui proposta, se levarmos em consideração algumas movimentações no legislativo em 2019 que, em forma de Projeto de Lei ou PL que visavam tipificar o *estupro corretivo contra lésbicas*, que falarei mais abaixo ainda neste capítulo.

Além disto, a noção de direito sexual relacionada a possibilidades de “manejos” dos sujeitos, me leva novamente para os questionamentos-respostas trazidos por Aguião (2018) ao investigar as estratégias de visibilidade e regulação em circulação nos fluxos da comunidade LGBTQIA+ no que tange a arena política. Tratando-se especificamente do VII Seminário de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Congresso Nacional, com o tema “Direitos humanos de LGBT: cenários e perspectivas” presenciado pela autora (Aguião, 2018), além das discussões acerca da noção de direitos LGBT relacionada a circulação nacional e internacional da agenda política dos direitos humanos e também do direito sexual como parte deste. Os relatos de Aguião (2018) também forneceriam pistas de um fluxo de visibilização de demandas da comunidade LGBTQIA+ relacionadas com crescentes preocupações acerca da violência proferida sobretudo contra pessoas trans e travestis e homens gays. Além deste ponto, a autora destaca outros argumentos, fatos históricos e enunciações políticas que mais circularam naquele espaço, sendo:

“a “luta” contínua e o esforço de comprometimento do movimento LGBT, a denúncia da violência e dos assassinatos, o horizonte internacional de garantia de direitos e, como continuaremos a ver, a linguagem dos direitos humanos e o posicionamento do Brasil nessa cena.” (Aguião, p. 129, 2018)

Me atendo aqui ao ponto da violência e das denúncias por se relacionarem diretamente a minha pesquisa, mas também por duas outras questões: a primeira tem a ver com o cenário de violência contra comunidade LGBTQIA+ aparecendo muito veiculada aos assassinatos de pessoas trans, travestis e homens gays apontado por outros autores além de Aguião (2018), como Carrara (2010) e Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013). Além dos autores citados,

também Efrem (2016) consolidando a *visibilidade* como estratégia e a *brutalidade* relacionada a letalidade dos assassinatos de pessoas trans, travestis e homens gays como *contra-estratégia* frente a violência, de modo a reforçar a *visibilidade* em cima destes fenômenos. E a segunda questão, relacionada diretamente a primeira, é a possibilidade de pensar os efeitos e consequências da massiva visibilidade acerca do problema da violência relacionado a pessoas trans, travestis e homens gays como a “face” mais vista da violência contra comunidade LGBTQIA+ como uma espécie de apagamento, deslocamento ou até mesmo invisibilidade em relação a outros grupos que compõe a sigla, nesse caso, lésbicas e bissexuais.

Ao colocarmos a *visibilidade* enquanto uma das principais estratégias utilizadas pela comunidade LGBTQIA+ para chamar atenção quanto a violência que os aflige, julgo necessário questionar a *visibilidade* também enquanto categoria analítica. Mason (2002) aponta que a visibilidade acerca de um evento é usualmente valorizada como um caminho para se conhecer um fenômeno, principalmente dentre as metodologias de pesquisa, refletindo um ideal positivista hegemônico ainda presente na ciência. Todavia, a visibilidade parece oferecer um paradoxo. Por um lado, torna possível conhecer um objeto e oferece frente de análise para nomear e/ou categorizar um fenômeno. Por outro lado, aqueles que são visíveis passam a se resumir, então, a um tipo específico de sujeito classificados a partir de categorias estanques. A análise acerca da utilização da visibilidade enquanto estratégia frente a violência e o fluxo que parece se desenhar a partir dela ocasionando a produção de categorias estanques e cristalizadas no que tange a construção de um perfil de vítima é um argumento relevante que aparece não apenas no trabalho de Mason (2002), como também em Debert e Gregori (2008) e Sarti (2009) quando o assunto é violência contra mulher especificamente.

Mason (2002) aciona a metáfora do panóptico, proposta por Foucault (1976) para pensar como a máxima da visibilidade na produção de categorias fixas de vítimas seria mais efetiva para se pensar o controle de massas e a normatização do que para, de fato, conhecer um fenômeno em sua amplitude. O panóptico foi uma construção penitenciária idealizada pelo filósofo e jurista Jeremy Bentham cujo aspecto mais importante seria a inabalável vigilância constante. A construção das celas a meia luz permitia que os presos dali estivessem sempre visíveis para a torre principal. E, as torres, por sua vez, tinham um modelo de janelas e cortinas que tornava possível os supervisores vigiarem todas as celas e presos, sem serem visíveis. Além disso, as celas eram projetadas de modo a impedir qualquer tipo de contato entre os internos. O panóptico seria a máxima expressão dos que são vistos, mas não veem (Mason, 2002). Nesse sentido, a construção de tipos particulares de visibilidade destes corpos seria muito efetiva para o controle e não somente para se conhecer um fenômeno, produzindo uma espécie de paradoxo.

Então ao pensarmos a realidade brasileira, a partir das reflexões de Mason (2002), a visibilidade no que tange a violência operando na produção de categorias estanques de perfil da vítima é uma realidade quanto a violência contra mulher, de acordo com Debert e Gregori (2008) e Sarti (2009). E paralelo a isto, a violência contra lésbicas e bissexuais também parece seguir um modelo de visibilidade parecido. Tratando-se da violência contra comunidade LGBTQIA+ em que o “tipo” de violência mais denunciado e também devido aos seus altos índices de letalidade e brutalidade (Carrara e Sagesse, 2011; Efrem, 2016) empurram para as margens as especificidades da violência contra outros grupos que não sejam pessoas trans, travestis e homens gays.

Toda essas explicações acerca da violência contra comunidade LGBTQIA+ tendo como forte estratégia a visibilidade, em algumas medidas delegam lugares turvos em relação a lésbicas e bissexuais em relação a uma não visibilidade frente as violências que as aflige, por um lado. E por outro, uma “esperança” ou apontamento de caminho em que seja necessário que estes grupos visibilizem ou sejam visibilizados por outros atores sociais (como a academia, por exemplo) para que seja possível pensar a *questão* da violência relacionada a eles. Nesse sentido, por algum tempo nos âmbitos acadêmicos e também dos ativismos, se fala em uma “invisibilidade” acerca da violência contra bissexuais, mas contra lésbicas sobretudo.

A questão da visibilidade discutida acima se torna cara a análise do problema da violência contra lésbicas na medida em que a própria noção de violência tensiona a concepção de “sujeito de direitos” ao mesmo tempo que o coloca como um dos principais atores “responsáveis” por visibiliza-la para que ela seja diminuída ou sanada, em teoria. Considerando a visibilidade enquanto uma das principais estratégias para compreender e tentar agir frente a violência relacionada a comunidade LGBTQIA+, as discussões da visibilidade e da produção de categorias estanques na concepção de vítima e da “necessidade” de visibilizar enquanto estratégia, busquei analisar o lugar de “invisibilidade” delegado a mulheres lésbicas. Nesse sentido, a partir dos resultados da minha pesquisa, no capítulo de análises e discussões, proponho outras formas de pensar a maneira como lésbicas parecem “habitar” a invisibilidade como forma de agenciamento.

Além de alguns contornos “próprios” trazidos até agora que rascunham partes da trajetória de como o problema da violência contra lésbicas vem aparecendo ao longo da história, considere importante analisar também como este problema vem aparecendo mais especificamente no âmbito acadêmico. Desta forma, a partir de uma revisão integrativa com foco em teses e dissertações, busquei analisar como determinadas categorias analíticas acerca da violência contra lésbicas emergem e circulam. A investigação de determinadas categorias

analíticas esteve diretamente relacionada aos meus primeiros achados sobre a forma como a violência contra lésbicas traçou alguns “contornos próprios”, sendo eles: 1) a criação de um Dossiê sobre lesbocídio (Peres, Soares e Dias, 2018) que tem como objetivo *visibilizar* e analisar a violência letal contra lésbicas nomeando-a de *lesbocídio*; 2) a circulação do termo *lesbofobia* para nomear a especificidade da violência contra lésbicas inspirada no artigo de revisão integrativa de Feiten e Irineu (2021) e 3) tendo como contexto a arena política, sobretudo o legislativo, destaco os projetos de Lei (PL 452/2019 e PL 1619/2021) que preveem aumento de pena para o *estupro corretivo* cometido contra lésbicas. Em relação ao terceiro ponto, o *estupro corretivo* foi também um termo que busquei entender academicamente como estava circulando a partir da revisão integrativa realizada.

O objetivo deste capítulo não é se estender no Dossiê sobre Lesbocídio e nem na análise da circulação do termo *estupro corretivo* pois o farei em capítulos posteriores, mas sim situá-los e introduzi-los dentro (e em relação) da pesquisa. Desta forma, tratando-se dos projetos de Lei que tem por objetivo a tipificação do *estupro corretivo* contra lésbicas é possível dizer que não é um termo “novo”. Apesar de receber pouca atenção no âmbito acadêmico, o termo está presente no código penal brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) desde 2018, com a promulgação da lei nº 13.718/2018 que prevê agravo de pena de 2/3 para o crime de estupro, definido por ter sido cometido “*para controlar o comportamento social ou sexual da vítima*”³.

Nesse sentido, o *estupro corretivo* passa a ser tipificado na lei a partir do artigo 226 do código penal, que versa sobre possíveis causas de aumento de pena para, de maneira generalista, todos os crimes contra liberdade sexual⁴. Entretanto, em 2019 há a criação do primeiro Projeto de Lei (PL 452/2019) com objetivo de enquadrar o estupro corretivo como um tipo de crime específico listado no artigo 213 do código penal, que é o artigo que fala especificamente de estupro. Destaco que, no conteúdo de inteiro teor da PL citada, as principais razões para esta alteração são o aumento estatístico do estupro corretivo especificamente contra lésbicas, num contexto de “correção” da sua orientação sexual (Inteiro Teor PL 452/2019, p. 2). Além disto, o conteúdo da PL chamaria atenção para novas condutas criminosas na contemporaneidade que requerem atenção dos legisladores (Inteiro Teor PL 452/2019, p. 1).

³ Definição na íntegra do tipo penal *estupro corretivo* presente no código penal (Decreto-Lei nº 2.848) a partir de 2018 com a lei 13. 718. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

⁴ Me refiro aqui como crimes contra liberdade sexual aqueles previstos no Capítulo I, especificamente no Título VI que trata de crimes contra dignidade sexual, do código penal (Decreto-Lei nº 2.848). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

O projeto de Lei 452/2019 tramitou na Câmara dos Deputados de 05 de fevereiro de 2019, data de sua apresentação até o dia 19 de novembro de 2019. No dia 05 de novembro de 2019 o autor, Valmir Assunção(PT/BA), solicita retirada da tramitação da PL. Em inteiro teor, o documento que ratifica a solicitação não traz nenhum conteúdo acerca dos motivos referentes a solicitação de retirada. Em 29 de abril de 2021, é apresentado então um novo Projeto de Lei de número 1619/2021 com conteúdo de inteiro teor, motivações e justificativas, igual ao citado anteriormente, de número 452/2019. Este projeto segue em tramitação até a presente data em que escrevo. A última atualização data de 24 de maio de 2021, constando o recebimento da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, responsável pela averiguação dos componentes constitucional, legal e jurídico das proposições apresentadas durante a tramitação na Assembleia Legislativa, antes de ir para o Plenário para ser votado pelos deputados. É possível dizer então que por mais que o termo *estupro corretivo* emergja e circule no legislativo, sua trajetória se apresenta ainda como vagarosa. Este é também o principal motivo que me levou a investigar a circulação do termo também no âmbito acadêmico, como descreverei melhor no capítulo 2.

Quando o assunto é o Dossiê sobre Lesbocídio (Peres, Soares e Dias, 2018) além de representar um dos achados preliminares da minha pesquisa, também o trago para diálogo tanto em termos de conteúdo bem como material de suporte juntamente a análise da minha pesquisa no Capítulo 3. Sendo necessário neste momento, por tanto, introduzi-lo. Nesse sentido, é relevante dizer que o referido Dossiê (Peres, Soares e Dias, 2018) é o único até o presente momento que tem por objetivo analisar exclusivamente a violência contra lésbicas. A criação deste Dossiê é fruto de um trabalho conjunto que coloca em diálogo a academia e movimentos sociais organizados. Seus autores são vinculados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e também a projetos como o NIS⁵ e o grupo de pesquisa *Nós: dissidências feministas*⁶. Além disso, o projeto de pesquisa que deu origem ao Dossiê foi apoiado pela agência de fomento FAPERJ e a publicação impressa, pelo CNPq.

Para elucidar a forma como a participação dos movimentos sociais aconteceu na produção do dossiê citado é preciso situar como e em que medida a organização da sociedade civil, através dos ativismos e atuação a partir de ONGs, tem importante papel na *visibilidade*

⁵ Núcleo de Inclusão Social, projeto que integra pesquisa e extensão criado em 2008 e veiculado a UFRJ que tem por objetivo democratizar o conhecimento acerca da cidadania e impulsionar debates sobre vulnerabilidade, discriminação e exclusão social. Informações coletadas do site oficial do projeto. Disponível em: <https://www.nis-ufrj.org/> / Acesso em: 20/07/2022 às 13:36.

⁶ É um grupo de pesquisa veiculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). (FIRMINO, 2020, p. 1)

da violência contra pessoas LGBTQIA+. A maior parte dos dados da violência contra população LGBTQIA+ no geral, não somente contra lésbicas, que se tem registrado é a partir de esforços conjuntos de Organizações Não Governamentais que têm por objetivo auxiliar pessoas LGBTQIA+ em diversos âmbitos no que tange à garantia de direitos e cidadania. Desta forma, o Dossiê sobre lesbocídio aqui citado reúne informações de assassinatos e denúncias veiculados pela mídia e pelas redes sociais.

Ainda que o canal de denúncia oficial do governo para violações contra comunidade LGBTQIA+ seja o Disque 100, que recebe e sistematiza denúncias de violações contra Direitos Humanos (crianças, idosos, pessoas com deficiência, além de membros da comunidade LGBTQIA+) a divulgação destes dados ainda é escassa. Nesse sentido, as denúncias e produção de Dossiês e Boletins Informativos elaborados pelas ONGs têm forte papel na divulgação dos dados acerca da situação de vulnerabilidade vivida por pessoas LGBTQIA+. E nesse sentido, volto a destacar a *visibilidade* como forte estratégia da comunidade LGBTQIA+ em relação a violência e a construção do Dossiê como parte deste fluxo.

E por último, elucidado de maneira mais teórica (pois a metodológica estará descrita no próximo capítulo) a influência do artigo de Feiten e Irineu (2021) mobilizando o termo *lesbofobia* emergindo como categoria de análise coerente e útil para a minha pesquisa. Os resultados das autoras (Feiten e Irineu, 2021) apontaram para uma escassez em produções quando o assunto é violência contra lésbicas sendo mobilizada a partir do termo *lesbofobia* e *lesbocídio*. Nesse sentido, minha escolha em relação a utilização destes termos na busca de teses e dissertações, diferentemente da autoras (Feiten e Irineu, 2021) que utilizaram artigos, foi também um forma de expandir a investigação de como o termo emerge e circula para além de produções do tipo artigo.

Além disto, Feiten e Irineu (2021) tecem discussões sobre a *lesbofobia* relacionada, em alguns casos, a uma violência velada e silenciosa. E também a maneira como em alguns dos artigos analisados pelas autoras (Feiten e Irineu, 2021) mulheres lésbicas “escolhem” visibilizar ou não sua sexualidade como forma de tentar minimizar a violência que podem sofrer. Este ponto em específico, dentre outras contribuições e referenciais teóricos, se relaciona a minha pesquisa no que tange as distorções acerca da noção de invisibilidade e desta como forma de agência que argumento no Capítulo 3.

Outro aspecto trazido pelas autoras (Feiten e Irineu, 2021) como resultado é a heterossexualidade compulsória aparecendo como estrutura que estigmatiza lésbicas. O que me inspirou a pensar na necessidade de situar os estudos em que a heterossexualidade compulsória

aparece e, em alguma medida, pensar sobre eles também em diálogo com meus resultados, o que também fiz no capítulo 3.

Concluo este capítulo ressaltando que meu objetivo foi tanto fornecer um referencial teórico, como também situar e quando necessário, adensar pontos teóricos que além de apoiarem a pesquisa, também a constituem. A maneira metodológica como tornei possível estes aspectos teóricos se integrarem, assim como os caminhos de investigação, estarão descritos no próximo capítulo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como a violência contra lésbicas tem se tornado visível e se constituído como um problema social na realidade brasileira. Para isto me debruço acerca da literatura produzida sobre o tema no âmbito acadêmico, levando em consideração documentos produzidos por instâncias sociais como os ativismos e âmbitos legislativos e judiciários que ajudam a compreender o contexto mais geral da caracterização desta temática tecendo “contornos próprios”. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa (Mendes, Silveira e Galvão, 2008) utilizando a base de dados Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) para a busca de teses e dissertações.

Dentre os meus objetivos específicos, estão:

- a. Investigar quais são as modalidades de violência contra lésbica que ganham mais visibilidade no debate acadêmico e as categorias utilizadas para nomeá-las.
- b. Analisar a emergência e circulação de termos, como *lesbocídio*, *lesbofobia* e *estupro corretivo*, que são utilizadas para nomear a violência contra lésbicas.
- c. Identificar os atores sociais envolvidos na construção da violência contra lésbica como problema social, tais quais instituições, esferas de poder (legislativo, judiciário), movimentos sociais e sociedade civil.
- d. Analisar a correlação entre as formas de gestão da visibilidade desta violência e a produção de categorias sociais utilizadas para nomeá-las.

Como o próprio nome do capítulo sugere, em termos de metodologia, minha pesquisa seguiu um percurso que nem sempre foi linear. Em busca de descomplicar a compreensão do leitor acerca dos caminhos que tomei, divido este percurso em duas etapas. A primeira etapa do percurso metodológico foi constituída de investigações acerca da temática desta pesquisa e também “ensaios” de como chegar até o meu objeto e quais as possibilidades de explorá-lo. A segunda etapa, que separamo de modo cronológico como o momento após a minha qualificação, consistiu na operacionalização de algumas sugestões da banca de qualificação, na delimitação do meu objeto, na escolha metodológica para investigá-lo e na realização da pesquisa e análise de dados.

2.1 Primeira etapa

Inspirada pela proposta de Lenoir (1996) acerca dos problemas sociais, parto do pressuposto de que um “problema social” não é compreendido como tal “naturalmente”. Para tanto, se faz necessário que a análise do objeto que se pretende conhecer leve em consideração o tempo histórico, o contexto cultural, a maneira como os debates acerca deste objeto podem travar lutas simbólicas entre diversas instituições e instâncias sociais. Isto implica investigar os atores, categorias e instituições envolvidas nesse processo de visibilização.

Partindo do pressuposto do parágrafo anterior, o primeiro trajeto metodológico desta pesquisa foi investigar como a temática circulava no âmbito acadêmico, a partir da publicação de artigos. Utilizei a Scielo por se tratar de uma base de dados relevante na disseminação de artigos na área de Ciências Humanas e Sociais. Não restringi período temporal de busca, no entanto privilegiei os trabalhos feitos no Brasil. Fiz três buscas, a primeira com as palavras-chaves “violência” AND “lésbicas”, a segunda busca com o termo “lesbofobia” e a terceira com “lesbocídio”.

Na primeira busca encontrei catorze artigos, aplicando o critério de exclusão de região (somente produções no Brasil), ficaram dez artigos, retirando as duplicidades ficaram oito. Aplicando o último critério de exclusão que diz respeito à violência contra lésbicas como foco dos artigos, restaram 4 resultados. Na segunda busca, o resultado foi de três artigos e na terceira apenas dois artigos. Aplicando os mesmos critérios de exclusão acima, o resultado foi de dois e um artigo, respectivamente. Esta busca subsidiou a construção teórica de alguns achados “preliminares” para o meu exame de qualificação. E para melhor visualização dos achados construí a tabela que segue abaixo.

Quadro 1. Código do artigo, título, autor e ano de publicação

Código	Título	Autor	Ano
Busca 1: Violência AND lésbica			
A1	Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar	Ana Laura Almeida; Rosângela Rodrigues Soares	2021
A2	Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura	Adriane das Neves Silva; Romeu Gomes	2021
A3	Vivências de atendimentos ginecológicos por mulheres lésbicas e bissexuais: (in)visibilidades e barreiras para o exercício do direito à saúde	Julliana Luiz Rodrigues; Marcia Thereza Couto Falcão	2021
A4	(In)visibilidade Lésbica na Saúde: Análise de Fatores de Vulnerabilidade no Cuidado em Saúde Sexual de Lésbicas	Michael Augusto Souza de Lima; Ana Alayde Werba Saldanha	2020
Busca 2: Lesbofobia			
A5	Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio	Carina Alexandra Rondini; Fernando Silva Teixeira Filho; Lívia Gonsalves Toledo	2017
A6	Lesbofobia familiar: técnicas para produzir e regular feminilidades heterocentradas	Keith Daiani da Silva Braga; Arlida Ines Miranda Ribeiro; Marcio Rodrigo Vale Caetano	2022
Busca 3: Lesbocídio			
A7	Os dados governamentais e a violência letal contra lésbicas no Brasil	Camila Rocha Firmino	2018

Fonte: A autora, 2023.

Ainda nesta primeira etapa também busquei entender como o termo lesbofobia circulava em espaços acadêmicos para além das produções presentes nos periódicos, utilizando as palavras “lesbofobia” e “universidade” no site Google. Chegando a uma revisão integrativa sobre lesbofobia⁷ apresentada em congresso. A utilização da palavra-chave/conceito “lesbofobia” e “lesbocídio” teve por objetivo investigar como esse termo tem circulado na academia, sobretudo porque o único documento que reúne informações exclusivas de violência contra lésbicas⁸ mobiliza esta nomenclatura (Peres, Soares e Dias, 2018).

⁷ O trabalho que cito aqui é o “Mapeando a produção brasileira sobre lesbofobia: uma revisão integrativa”, de Feiten e Irineu (2021).

⁸ Me refiro aqui ao trabalho intitulado “Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017” de Peres, Soares e Dias (2018). Tive acesso a este material anterior ao ingresso no mestrado. O documento veio a público e foi lançado próximo aos trâmites finais da minha trajetória de iniciação científica na Fiocruz/ENSP/CLAVES, onde trabalhei a temática violência contra comunidade LGBTQIA+ na comunicação digital.

Nesta “busca inicial” os achados tinham um caráter mais descritivo para o tipo de violência sofrida por lésbicas, sobretudo aqueles relacionados à área da saúde. O conceito de violência simbólica⁹ e o termo “invisibilidade” são comumente acionados para descrever esse tipo de violência. Tratando-se da busca feita por mim, os resultados começam a aparecer a partir do ano de 2017, enquanto que no artigo de revisão integrativa de Feiten e Irineu (2021) encontrado sobre o tema, apenas um achado é de 2011 e o restante, a partir do ano de 2016. Penso ser relevante situar estas produções em relação a uma temporalidade pois a revisão que será descrita na segunda etapa, também revela um número mais expressivo de produções a partir dos anos de 2016 e 2017.

Em relação ao conteúdo da busca realizada por mim, os achados A2, A3 e A4 versam sobre a violência sofrida por lésbicas frente ao acesso de saúde, enquanto que A1 e A6 dizem respeito a violência percebida/sofrida por alunas no âmbito escolar. Já o A7 se trata de um artigo sobre o Dossiê sobre Lesbocídio (Peres, Soares e Dias, 2018). Quando o foco são as produções que interseccionam a temática da violência contra lésbicas com o âmbito de saúde, entendo que o que se está chamando de violência, em primeira mão, é o direito à saúde sendo violado. E desse contexto, derivam outras situações potencialmente problemáticas, como por exemplo o aumento da vulnerabilidade destas mulheres frente a um manejo pouco adequado por parte dos profissionais de saúde, resultando em evasão do serviço e um menor acesso a informações de saúde, especificamente acerca de contaminação por ISTs e frequência no médico ginecologista, conforme aponta Lima e Saldanha (2020), trabalho referenciado como A4 no quadro acima.

No artigo A2, Silva e Gomes (2021) relacionam o agravamento das violências sofridas nos serviços de saúde com a revelação ou não da sexualidade. Além disto, também apontam que os protocolos e intervenções de saúde são pautados em um modelo heteronormativo, dificultando aspectos do vínculo e do cuidado em saúde para aquelas que fogem ao ideário da heteronormatividade. De acordo com os autores, esta realidade acaba contribuindo para manutenção e perpetuação tanto da invisibilidade quanto da violência simbólica. Nesse ponto, é importante destacar o quanto que o conceito de invisibilidade parece ser paradoxal quando o tema é a violência contra lésbicas. Por um lado, pensar em políticas públicas que abranjam este grupo só seria possível, teoricamente, a partir da visibilidade e do amplo debate com diversas instituições desde âmbitos de saúde e formação destes profissionais até os ativismos, segundo

⁹ Por definição de Bourdieu (2003), a violência simbólica é “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última estância, do sentimento”.

Silva e Gomes (2021). A outra face desta moeda é que a visibilidade é acompanhada de uma espécie de agravo na possibilidade de sofrer violência, fazendo com que esta não seja a estratégia adotada por muitas mulheres.

O artigo A1 situa a dificuldade de acesso, permanência e manejo satisfatório do cuidado de mulheres lésbicas frente ao sistema de saúde, especificamente o âmbito da ginecologia, como uma restrição aos direitos sexuais desta população. Nesse sentido, a compreensão do que é violência parece estar para além da noção de violações físicas, verbais, psicológicas e sexuais. A violência também tem sua expressão a partir dos direitos que são negligenciados e esta visão parece estar presente em todos os artigos analisados que interseccionam a temática desta pesquisa com o âmbito de saúde.

Quando o foco recai sobre outros espaços sociais, tal qual o ambiente familiar e escolar, os artigos A5 e A6 trazem novamente à tona a questão da visibilidade X invisibilidade. O paradoxo que paira em cima desta questão parece não ser específico de um ou outro espaço social, mas sim uma textura específica da violência contra lésbicas e como estes sujeitos gerem (ou não) a revelação da sua sexualidade frente as possibilidades sociais. A partir destas constatações, começo a compreender a importância de pensar a invisibilidade não como um conceito a priori, mas como uma nuance que paira sobre o fenômeno e é moldada de acordo com as dinâmicas sociais e a vontade ou escolha subjetiva de cada mulher de revelar ou não sua sexualidade, não perdendo de vista que a revelação, muitas vezes agrava o tipo de violência sofrida.

Tratando-se do artigo de revisão integrativa encontrada, a violência contra lésbicas é nomeada como lesbofobia pelas autoras durante todo o artigo. Dentre os nove artigos encontrados por Feiten e Irineu (2021) apenas quatro tratavam especificamente da violência contra lésbicas como foco. Em relação a data de publicação dos artigos, apenas um¹⁰ era do ano de 2011, os outros eram de 2016¹¹, 2017¹² e 2018¹³. Os outros cinco artigos tratavam da violência contra lésbicas de modo um pouco mais lateral, o foco das temáticas tinha a ver com a identidade lésbica, a sexualidade lésbica no contexto do movimento feminista e a trajetória do movimento LGBTQIA+ como sujeitos de direitos no Brasil.

¹⁰ "Do armário à armadura: estratégias de mulheres no enfrentamento da homofobia e do heterossexismo" Luciana Fogaça Monteiro, Paula Sandrine Machado e Henrique Caetano Nardi (2011).

¹¹ "Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016" Dalvan Antonio de Campos e Rodrigo Otávio Moretti-Pires (2016).

¹² "VIOLÊNCIA SIMBÓLICA, LESBOFOBIA E TRABALHO: UM ESTUDO EM JUIZ DE FORA" Henrique Luiz Caproni Neto e Renata Bicalho (2017).

¹³ "Os dados governamentais e a violência letal contra lésbicas no Brasil" Camila Rocha Firmino (2018).

Um dos achados de Feiten e Irineu (2021) do ano de 2018 é um artigo sobre lesbocídio, que também foi um trabalho que apareceu na busca realizada por mim (artigo A7), que descrevo acima. É interessante destacar que a mobilização dos termos lesbofobia e lesbocídio por Feiten e Irineu (2021) e Firmino (2018), autora do artigo sobre lesbocídio, seguem motivações parecidas. Segundo as autoras, estes termos são acionados de modo a identificar de forma rápida e eficaz um fenômeno de violência e também tem a função política de trazer visibilidade para a questão. Nesse sentido, vale destacar que as análises dos trabalhos encontrados me levam a crer que a utilização das categorias de lesbofobia e lesbocídio aparecem como forma de nomear a violência contra lésbicas a partir da ótica da valorização da visibilidade na compreensão de um fenômeno.

Ademais, para além dos resultados no âmbito acadêmico, a busca feita no Google que relato alguns parágrafos atrás também me levou a outro achado, que foi uma notícia¹⁴ no site da Câmara dos Deputados ocorrido em 20 de junho de 2019, em espaço intitulado “tribuna das mulheres” da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Nesta sessão, foi discutido o aumento do número de violência contra lésbicas e da ocorrência do tipo de crime caracterizado como estupro corretivo, que incide sobre estas mulheres e que havia tido um aumento de denúncias na central 180 (Central de Atendimento à Mulher), de acordo com o argumento da ativista Janaina¹⁵, entrevistada na reportagem citada. Buscando compreender melhor como o termo “estupro corretivo” estava circulando, o que exatamente este termo queria dizer e quais os desdobramentos disto no âmbito legislativo, utilizei a ferramenta de busca do próprio site da Câmara, com as palavras “estupro corretivo” em busca de outras notícias sobre o tema. Além disto, utilizei as mesmas palavras-chaves nas bases de dados Scielo e no Portal Periódicos Capes para ter uma espécie de “panorama geral” de como e se este termo também circulava na academia. Na Scielo, não obtive nenhum resultado. No Portal Periódicos CAPES, obtive dois resultados, sendo que apenas um¹⁶ deles se tratava especificamente do estupro corretivo contra lésbicas.

A busca que fiz com as palavras “estupro corretivo” no site da Câmara, me levaram de encontro aos Projetos de Lei (ou PL) citados na reportagem acima. Foram encontrados dois Projetos de Lei que tratam do estupro corretivo, o 452/2019 e o 1619/2021. Sobre o primeiro,

¹⁴ A reportagem veiculada no site oficial da Câmara que me refiro está disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/540765-crece-numero-de-denuncias-de-estupros-corretivos-contralesbicas-segundo-especialista/>

¹⁵ Membro da Rede Nacional de Negras e Negros LGBT, mulher, negra e lésbica.

¹⁶ O trabalho encontrado foi de Costa, Letícia dos Santos D'Utra. A prática delitativa do estupro corretivo e a heteronormatividade compulsória: um estudo acerca da correlação entre crime e patriarcado. Revista Direito e Sexualidade, 2021, Vol.2 (1)

o projeto tramitou na Câmara dos Deputados de 05 de fevereiro de 2019, data de sua apresentação até o dia 19 de novembro de 2019. No dia 05 de novembro de 2019 o autor, Valmir Assunção(PT/BA), solicita retirada da tramitação da PL. Em inteiro teor, o documento que ratifica a solicitação não traz nenhum conteúdo acerca dos motivos referentes a solicitação de retirada. Em 29 de abril de 2021, é apresentado o Projeto de Lei de 1619/2021 com conteúdo de inteiro teor, com motivações e justificativas, igual ao citado anteriormente, de número 452/2019. Este projeto segue em tramitação até a presente data em que escrevo. A última atualização data de 24 de maio de 2021, constando o recebimento da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, responsável pela averiguação dos componentes constitucional, legal e jurídico das proposições apresentadas durante a tramitação na Assembleia Legislativa, antes de ir para o Plenário para ser votado pelos deputados.

Nesse sentido, minha pesquisa seria então a partir de três frentes investigativas: a análise da temática da pesquisa no âmbito acadêmico a partir de uma revisão de literatura, a análise de documentos do legislativo acerca da criminalização do estupro corretivo e também da busca e investigação de documentos e materiais que tratassem a violência contra lésbicas de modo específico, tal qual o Dossiê sobre lesbocídio (2018) que cito. No entanto, após a qualificação do meu projeto, houve a necessidade de expandir as estratégias e bases para revisão, que estarão detalhadas na “segunda etapa”. Com as novas estratégias de busca e o foco em teses e dissertações, obtive uma quantidade razoavelmente grande de produções. Logo, abordar todas as frentes investigativas e ainda explorar com o cuidado necessário os novos achados bibliográficos seria um trabalho demasiadamente extenso para uma dissertação de mestrado. Nesse ponto, tive que fazer algumas escolhas e optei por explorar o material acadêmico encontrado a partir de uma revisão integrativa.

No entanto, o Dossiê e as PLs sobre o estupro corretivo são citadas ao longo deste trabalho como uma espécie de contexto/desdobramento da forma como a violência contra lésbicas tece alguns contornos próprios. Por um lado, temos o Dossiê mobilizando termos como “lesbofobia” e “lesbocídio”, elencando quais tipos de violência são estatisticamente mais frequentes, buscando traçar alguns perfis tanto das vítimas, quanto dos agressores. Por outro, temos os Projetos de Lei que parecem avançar com a pauta da violência e em busca da garantia de direitos. E nesse sentido, seguindo um caminho semelhante ao trilhado pelo movimento LGBTQIA+ e discutido no primeiro capítulo. Apesar dos meus caminhos metodológicos terem se afastado da investigação e análise esmiuçada destes documentos, entendo ser relevante citá-los pois eles são parte de como a violência contra lésbicas tem se constituído com contornos

próprios no Brasil a partir das arenas estatais, no caso dos Projetos de Lei, e do âmbito acadêmico e dos ativismos tratando-se do Dossiê.

2.2 Segunda etapa

Logo após a banca de qualificação, me foi sugerido ampliar a busca utilizando alguns outros descritores. A sugestão foi utilizar o termo “homossexualidade feminina” ao invés de “lésbica” atrelada a “violência” para ver quais achados apareciam. Utilizei a base dados Scielo e também o Portal Periódicos Capes.

Na Scielo, a busca utilizando as palavras-chaves “homossexualidade feminina” AND “violência” geraram apenas um¹⁷ resultado. Já no Portal Periódicos Capes, os mesmos descritores levaram a doze resultados, ao aplicar o filtro de produções em português, este resultado caiu para sete artigos. Destas produções que ficaram, apenas duas¹⁸ tratavam especificamente da violência contra lésbicas, sendo que um deles é o mesmo artigo que foi encontrado na Scielo. Ambos artigos tratavam da violência contra lésbicas sob óticas parecidas aos achados da busca realizada na primeira etapa. A semelhança que enxergo tem a ver com serem artigos que tem como foco os direitos sexuais a partir da acessibilidade aos âmbitos de saúde, sobretudo os ginecológicos.

O artigo em que o descritor “homossexualidade feminina” está no título é datado de 2011. Já o segundo artigo, o mesmo descritor não está no título, mas sim ao longo do trabalho (o que explica ele ter aparecido na busca) e o termo lésbica aparece no título ao invés de homossexualidade feminina. O ano de publicação deste artigo é de 2021. Diante deste resultado, capaz de me gerar poucas conclusões, uma vez que os achados foram poucos, comecei a refletir em cima da trajetória narrada na primeira etapa e percebi que me deparei poucas vezes com o uso do termo homossexualidade feminina, sobretudo em produções mais recentes, a partir dos anos de 2015 e 2016. Logo após ter realizado a ampliação de busca narrada acima, apenas guardei a reflexão exposta nas últimas frases. No entanto, hoje escrevendo esta dissertação, com a pesquisa avançada e a maior parte dos dados já discutidos, inclusive com uma quantidade

¹⁷ Valadão, R. de C., & Gomes, R.. (2011). A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, 21(4), 1451–1467. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000400015>

¹⁸ O outro artigo é de Souza, Carolina De, Érika Oliveira-Cardoso, Wanderlei De Oliveira, Lucila Nascimento, Jeferson Araújo, Ana Carolina Leite, Rhyquelle Neris, Eduardo Risk, Iara Braga, and Manoel Dos Santos. "Violência Contra Mulheres Lésbicas/ Bissexuais E Vulnerabilidade Em Saúde: Revisão Da Literatura." *Psicologia, Saúde & Doenças* 22.2 (2021): 437-53. Web.

mais robusta de teses e dissertações sobre o tema (a qual descreverei mais abaixo), resgato a reflexão feita anteriormente. O termo homossexualidade feminina aparece cada vez menos na literatura sobre o tema e o mais usual tem sido a utilização da palavra lésbica e infiro que isto ocorre por duas razões.

A primeira delas parece ter a ver com algumas expansões na forma de se pensar a sexualidade. Isto é, ser lésbica não apenas quer dizer se relacionar afetiva, sexualmente e/ou amorosamente com outra mulher. A noção de sexualidade tensiona algumas outras instâncias sociais, como os papéis de gênero e até mesmo as identidades sociais¹⁹. No que tange à sua finalidade, o termo homossexualidade feminina parece se aproximar mais das primeiras nomeações vindas da Saúde Pública para esta população, que era MSM ou *mulheres que fazem sexo com mulheres*²⁰. Nesse sentido, diferentemente do termo homossexualidade feminina, o uso de “lésbica” parece abranger uma quantidade maior de fatores que envolvem a sexualidade, para além do ato sexual somente.

A segunda razão provavelmente tem a ver com a questão da visibilidade. Isto é, utilizar mais frequentemente um termo ao invés de dois ou mais para se referir a um grupo, é também uma forma de dar coesão e reforçar a identidade coletiva deste grupo. Esse ponto se torna relevante, sobretudo, quando estamos falando de violência e a forma como a temática avança em seu escopo teórico com um lugar privilegiado para a visibilidade.

Como os resultados com novos descritores não haviam me trazido muitos resultados, segui outra sugestão da banca de qualificação. Ao invés de pesquisar apenas artigos, utilizar também teses e dissertações. Para tanto, o ideal seria que eu fizesse isso a partir das bibliotecas virtuais que mais reúnem produções brasileiras, que são o Portal Periódicos Capes e a Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD).

Nesse ponto, o caminho para a pesquisa começou a tomar um formato com contornos mais elucidados. As bases de dados escolhidas para a realização da pesquisa foram as duas bibliotecas virtuais citadas acima. A metodologia escolhida foi a revisão integrativa, pois permite, a partir de diversas etapas metodológicas, produzir a síntese de um determinado assunto e da forma como ele vem sendo abordado por áreas particulares de estudo (Mendes,

¹⁹ Alguns autores inclusive trabalham a ideia de uma “identidade lésbica” e das múltiplas tessituras desta dinâmica, indo para além da ideia de “apenas” se relacionar com outra mulher. Para exemplificar o que quero dizer, cito alguns autores que trabalham este tópico e que me deparei durante as literaturas que subsidiaram a construção desta dissertação. Sendo eles: Portinari (1988), Navarro-Swain (2004), Heilborn e Almeida (2008) e tangenciando o tema, também Scott (1995).

²⁰ O termo aparece durante a década de 80, inicialmente para se pensar a realidade de homens que faziam sexo com homens, independente de fazerem sexo também com mulheres ou não, frente ao cenário do HIV. Já o termo mulheres que fazem sexo com mulheres aparece com intuito de investigar ISTs que acometeriam esta população.

Silveira e Galvão, 2008). Nesse sentido, propicia uma análise mais ampla e aprofundada de um fenômeno, abordando quais limites/contornos este fenômeno tem que o definem como tal e que foram visibilizados/construídos ao longo do tempo/história, além de tornar possível o aparecimento de lacunas e de novos caminhos para investigação.

De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa precisa conter seis etapas, sendo elas: 1) identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; 2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/ amostragem ou busca na literatura; 3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) interpretação dos resultados e 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento. Busquei seguir estas etapas e começo descrevendo abaixo quais foram as minhas estratégias de busca .

Conforme o quadro abaixo, foram utilizadas três estratégias de busca com as mesmas palavras chaves utilizadas nas buscas de artigos, mas desta vez nas duas bibliotecas virtuais, originando ao todo, seis buscas. Em termos quantitativos, os resultados das duas bibliotecas foram bastante discrepantes. Enquanto no Portal Periódicos CAPES o resultado foi de apenas cinco, na Biblioteca de Teses e Dissertações, o resultado foi de cento e vinte e duas publicações. O quadro abaixo explicita melhor a estratégia de busca. E abaixo também explicito os critérios de inclusão/exclusão dos estudos que serão objeto de análise da revisão integrativa.

Quadro 2. Resultados da busca por teses e dissertações

Código	Base de dados	Palavras-Chaves	Resultados
B1	Portal Periódicos Capes	"Lésbica" AND "Violência"	4
B2	Portal Periódicos Capes	"Lesbofobia"	1
B3	Portal Periódicos Capes	"Lesbocídio"	0
B4	Biblioteca de Teses e Dissertações	"Lésbica" AND "Violência"	111
B5	Biblioteca de Teses e Dissertações	"Lesbofobia"	10
B6	Biblioteca de Teses e Dissertações	"Lesbocídio"	1

Fonte: A autora, 2023.

Como o Portal Periódicos Capes teve um número baixo de resultados e os trabalhos encontrados lá também foram encontrados na BDTD, optei por não utilizar o Periódicos CAPES, ficando então apenas com a Biblioteca de Teses e Dissertações. Além disso, todos os dados foram sistematicamente organizados no excel. Na estrutura desta tabela cada linha era ocupada por uma publicação e as colunas continham as seguintes informações: palavras-chaves, base de dados, título, autor, orientador(a), ano, área, concentração, instituição, programa, departamento, tipo de documento e resumo. Tirando a coluna da palavras-chaves e a base de dados, todas as outras colunas foram preenchidas com informações cujas fontes eram os próprios trabalhos em si. Para ilustrar estas informações, trago uma visualização da tabela logo abaixo.

Figura 1. Imagem 1. Tabela de sistematização de dados

Palavras-chave	Base de dados	Título	Autor	Orientador(a)	Ano	Área	Concentração	Instituição	Programa	Departamento	Tipo de Documento	Resumo
Violência E Lésbica	Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD)	Percepção das mulheres lésbicas sobre o cuidado na	Livalter, Ana Lígia Assunção	Vasconcelos, Francisca Denise Silva	2019	Saúde	Saúde da Família	Universidade Federal do Ceará	Programa de pós graduação em Saúde da Família	Faculdade de Medicina	Dissertação	O presente estudo analisou a percepção das mulheres lésbicas sobre o cuidado na Atenção Primária à Saúde.
Violência E Lésbica	Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD)	Teias e tramas: performances, melancolia e violências em Do lilás ao roxo: violências nos vínculos afetivo-sexuais entre	Rabelo, José Orlando Carneiro Campello	Amazonas, Maria Cristina Lopes de Almeida	2015	Ciências Humanas e Sociais	Psicologia Clínica	Universidade Católica de Pernambuco	Doutorado em Psicologia Clínica	Psicologia Clínica	Tese	O presente estudo objetiva problematizar situações de violência em relacionamentos conjugais entre lésbicas numa
Violência E Lésbica	Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD)	Do lilás ao roxo: violências nos vínculos afetivo-sexuais entre	Costa, Juliana Mazza Batista	Cordeiro, Rosineide de Lourdes Meira	2013	Ciências Humanas e Sociais	Psicologia	Universidade Federal de Pernambuco	Programa de Pós-Graduação em Psicologia	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Dissertação	Este estudo buscou compreender, a partir dos discursos de mulheres que estabelecem ou estabeleceram vínculos afetivo-sexuais com outras

Fonte: A autora, 2023.

Nesta tabela do excel foram acrescentados todos os achados da busca, inclusive com as duplicidades, para que eu tivesse um “compilado” de todos os dados. Logo, o primeiro passo para o início da análise foi retirar as duplicidades. A tabela dinâmica do excel torna possível a identificação de duplicidades de maneira otimizada pelo seguinte caminho: com a tabela aberta, ir em “pagina inicial”, formatação condicional (ícone no canto superior direito), regras de realce das células e selecionar a opção “valores duplicados”. Na coluna de título utilizei esta ferramenta e com isto, todos os títulos que estavam duplicados ficaram “marcados” em vermelho. Utilizei a opção de retirar as células duplicadas para gerar uma nova tabela, com a mesma estrutura da primeira, mas sem as duplicidades.

Além disso, destaco que as colunas “área” e “concentração” dizem respeito a informações diferentes. Enquanto “concentração” trata do escopo de conhecimento daquele trabalho conforme o que consta no respectivo arquivo original da tese ou dissertação, a coluna

“área” foi um agrupamento feito por mim acerca das áreas de conhecimento mais “gerais” que aquela produção está inserida. Todos os achados foram classificados em três grandes áreas: Ciências Humanas e Sociais, Saúde e Outros. Dentro de Ciências Humanas e Sociais, agrupei todas produções que advém de áreas do conhecimento que constituem as CHS, sendo elas: Direito, Filosofia, História, Pedagogia e educação, Relações Internacionais, Teologia, Ciências Sociais, Estudos Literários, Geografia, Letras, Serviço Social, Estudos Culturais e Sociologia. Para área “Saúde” o termo já é auto explicativo, agrupei todos os trabalhos deste âmbito de conhecimento.

Com objetivo de ter um panorama mais geral e de melhor visualização destes dados, a tabela dinâmica com os dados sem as duplicidades, agrupados por “áreas”, ficou desta forma:

Tabela 1. Tabela dinâmica dos dados sem duplicidade

Áreas	Publicações
Ciências Humanas e Sociais	78
Análise do Comportamento	1
Antropologia Social	1
Ciência da Religião	2
Ciências Humanas	2
Ciências Humanas e Sociais	1
Ciências Sociais	9
Comunicação	1
Comunicação e informação	1
Comunicação Social	1
Difusão de Conhecimento / Cultura e Conhecimento	1
Direito	2
Direito Político e Econômico	1
Direitos Humanos	2
Direitos Humanos e Cidadania	1
Educação	12
Estudos Comparados Sobre as Américas	1
Estudos Culturais	1
História	3
Integração Contemporânea da América Latina	1
Letras	1
Letras e Linguística	1
Linguagens, mídia e arte	1
Políticas Sociais e Cidadania	1
Psicologia	15
Psicologia Clínica	3
Psicologia Clínica e Cultura	1
Relações Internacionais	1
Serviço Social	4
Sociologia	6
Saúde	18
Ciências da Saúde	3
Enfermagem	4
Promoção da Saúde e Prevenção da Violência	1
Saúde Coletiva	7
Saúde da Família	1
Saúde Pública	2
Outros	7
Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade	1
Administração de Empresas	1
Artes Visuais	1
Ciência da Informação	2

Dança	1
Integração Contemporânea da América Latina	1
Total Geral	103

Fonte: A autora, 2023.

A busca realizada me levou a resultados que, em sua grande maioria, estavam inseridos na área de Ciências Humanas e Sociais e nos escopos de conhecimento que a compõe, totalizando 78 trabalhos. Seguido da área de Saúde, com 18 trabalhos e apenas 7 produções de outras áreas de conhecimento. Dentre estes 103 trabalhos, 72 são dissertações e 31 são teses. Para que fosse possível visualizar melhor como estas publicações foram acontecendo conforme os anos, organizei o quadro abaixo.

Quadro 3. Resultados agrupados por ano

Ano	Quantidade
2004	1
2005	1
2006	1
2010	1
2011	4
2012	3
2013	2
2014	5
2015	9
2016	11
2017	14
2018	12
2019	15
2020	10
2021	11
2022	3
Total Geral	103

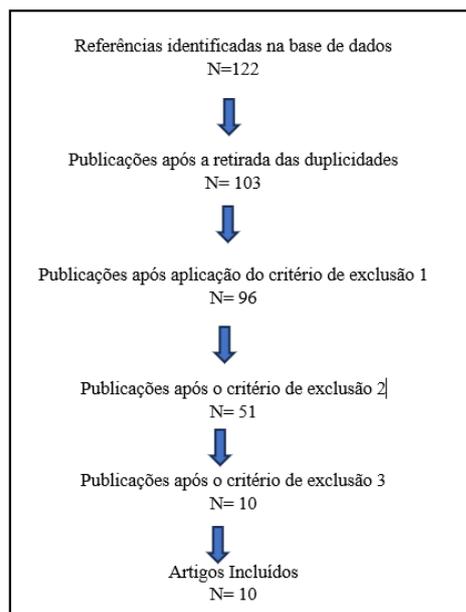
Fonte: A autora, 2023.

O quadro 3 demonstra que inicialmente, dos anos de 2004 a 2010, o tema era pouco trabalhado, reunindo um número pequeno de resultados. Nas publicações destes anos, a temática da violência contra lésbicas aparecia de modo mais lateral, ainda muito associada a violência direcionada contra homens gays. A partir de 2011 até 2015, conforme o número de publicações cresce e o assunto parece ganhar um pouco mais de notoriedade, aparecem as primeiras publicações que pensam a violência contra lésbica a partir de uma busca de garantia

de direitos tendo como pauta principal as políticas públicas em Saúde. E quando o foco são as publicações de 2016 em diante, a violência contra lésbica passa a ser pensada com um pouco mais de especificidade e de maneira menos generalista em trabalhos que analisam a violência contra toda comunidade LGBTQIA+. Nesse período, a noção de direitos sexuais parece influenciar a maneira como a temática é abordada e há uma preocupação maior em analisar a violência para além de dados estatísticos somente. Os trabalhos em que a violência é pensada a partir do ponto de vista de quem a sofre começam a se fazer mais presentes.

Seguindo para a próxima etapa chega então o momento de estabelecer critérios de exclusão para que fosse possível começar a analisar os dados. Como meu interesse era investigar trabalhos produzidos na área de Ciências Humanas e Sociais e em Saúde, pois é o lugar de conhecimento da onde eu falo, o critério de exclusão 1 consistiu em retirar todas as produções fora deste escopo de conhecimento citado e representado na tabela 1 por “Outros”. O critério de exclusão 2 foi desconsiderar aqueles trabalhos que não tinham como foco lésbicas. E o critério de exclusão 3 teve por objetivo eliminar as produções que não tratavam da temática da violência como objetivo principal. Os critérios de exclusão foram aplicados a partir da leitura do resumo dos trabalhos. O fluxo de como foi este processo ocorreu, juntamente a quantidade de produções em cada etapa, está descrito na imagem 2. Na tabela 2 explicito quais foram os trabalhos selecionados para a revisão integrativa.

Figura 2. Fluxo da aplicação dos critérios de exclusão



Fonte: A autora, 2023.

Como explicitado no **Imagem 2** após os procedimentos metodológicos foram selecionados dez trabalhos, dentre eles nove dissertações e uma tese. O período temporal que as publicações se encontram é em um intervalo de tempo de 2011 a 2018. As áreas de conhecimento específicas que eles estão inseridos são: Ciências Sociais (2), Saúde Coletiva (2), Sociologia (2), Ciências Humanas (1), Psicologia (1), Saúde Pública (1) e Direitos Humanos e Cidadania (1). A tabela 2 sintetiza estes resultados.

Tabela 2. Teses e dissertações selecionadas

Publicação	Título	Autor	Ano	Concentração	Tipo de documento
P1	Assassinatos de homossexuais e travestis: estado, sociedade e famílias em face da violência homo(trans)fóbica	Silva Júnior, Enézio de Deus	2011	Ciências Humanas	Dissertação
P2	O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento	Balthazar, Adriana Maria Shad e	2012	Saúde Coletiva	Dissertação
P3	Políticas públicas de segurança no Brasil: para pensar os direitos humanos de LGBT	Avelar, Rezende Bruno de	2014	Sociologia	Tese
P4	Características epidemiológicas da morbimortalidade por violência em homossexuais na cidade de João Pessoa - PB	Oliveira, Thaisy Sarmiento Batista de	2014	Saúde Pública	Dissertação
P5	“Você tem que ficar manobrando as coisas”: lesbianidades, violências cotidianas e possibilidades de resistência	Silva, Tanieli de Moraes Guimarães	2015	Ciências Sociais	Dissertação
P6	Formas de violência contra mulheres lésbicas: um estudo sobre percepções, discursos e práticas	Melo, Mariana Soares Pires	2016	Sociologia	Dissertação
P7	A produção de violências na relação de cuidado em saúde da população LGBT no SUS	Fébole, Daniele da Silva	2017	Psicologia	Dissertação

P8	As diferentes formas de expressão da homofobia e as variações nas vivências de gays e lésbicas de Natal/RN	Oliveira, Rayane Dayse da Silva	2017	Ciências Sociais	Dissertação
P9	A luta é coletiva, mas a resistência é individual? Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades	Faria, Mateus Aparecido de	2018	Saúde Coletiva	Dissertação
P10	Falar do ódio fora do ódio : testemunho de ativistas lésbicas sobre o discurso de ódio nas redes sociais	Motter, Julianna Paz Japiassu	2018	Direitos Humanos e Cidadania	Dissertação

Fonte: A autora, 2023.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo é dedicado à organização/categorização e análise dos trabalhos selecionados na revisão integrativa. Buscando uma forma de sistematizar as informações que seriam extraídas e analisadas, retornei aos meus objetivos específicos e gerais da pesquisa, de modo a encontrar neles perguntas norteadoras que me servissem de “fio condutor” na análise das produções. As teses e dissertações selecionadas passaram por duas etapas: 1) uma leitura feita na íntegra, buscando informações mais específicas dos trabalhos tais quais o tipo de pesquisa que foi realizado, o objetivo e os resultados, assim como de que maneira elas se relacionavam com o tema desta dissertação e 2) leitura com foco em responder as perguntas norteadoras.

As perguntas norteadoras foram organizadas em colunas, numa tabela no excel, para que eu pudesse fazer o preenchimento das informações e ter uma visualização mais elucidada dos dados. Sendo elas: 1) A violência contra lésbicas aparece como tema central? ; 2) Como a violência é definida/nomeada? ; 3) Por quem a violência é definida/nomeada? ; 3) Qual tipo de violência está sendo descrita? ; 4) Há reação/manejo/estratégia de enfrentamento de quem sofre a violência? Abaixo exemplifico com uma imagem de como ficou esta tabela, que serviu como base para o início da minha análise de dados.

Tabela 3. Organização dos dados a partir de perguntas norteadoras

Publicação	Título	Autor	Ano	Concentração	Tipo de documento	Descrição	Violência contra lésbicas aparece como tema central?	Como a violência é definida/nomeada?	Por quem a violência analisada está sendo definida?	Qual tipo da violência?	Onde?	Por quem?	Há reação/estratégia de enfrentamento de quem sofre a violência?
P1	Assassinatos de homossexuais e travestis: estado, sociedade e famílias em face da violência homo(trans)fóbica	Silva Júnior, Enézio de Deus	2011	Ciências Humanas	Dissertação	O trabalho tem como objetivo analisar a tríade “Estado, sociedade e famílias” em face dos assassinatos que vitimaram homossexuais (de ambos os sexos) e travestis no município de Feira de Santana-BA entre os anos de 2001 a 2010. Valendo-se de fontes como processos-crime, imprensa local e entrevistas transcritas com dirigentes de delegacias de polícia, tomando algumas áreas como referenciais para a construção do tema-objeto-problema no campo das Ciências Sociais e Humanas. a vertente adotada neste trabalho é de natureza qualitativa e se assenta em quatro eixos: revisão de literatura sobre o tema em questão (parte teórica), levantamento de legislação pertinente à temática (leis, decretos, resoluções, portarias - compondo pesquisa jurídica, realização	Não	Homofóbica; Lesbofóbica	Autor	Assassinato	Sem local	Autor	Não

Fonte: A autora, 2023.

Além das colunas expostas acima, para a minha organização pessoal, inseri também duas outras colunas, que funcionaram, em partes, como uma espécie de “diário de campo”.

Estas colunas consistiam em: 1) Observações sobre o conteúdo e; 2) Considerações pessoais. A coluna sobre o conteúdo continha informações específicas do trabalho que julguei serem mais relevantes, devidamente sinalizadas em relação à página e ao capítulo que se encontravam. Já a parte de “Considerações Pessoais” consistia em anotações e indagações minhas sobre o conteúdo e a maneira como cada autor trabalhava determinado assunto. Estas duas colunas consistem em um material mais bruto que, juntamente às demais colunas, deram origem aos tópicos que trabalharei abaixo.

Além disso, organizei outra tabela (Anexo 1. Quadro 4. p. 87) que contém as produções e uma descrição com base no resumo de cada trabalho e com informações adicionais do conteúdo do mesmo. A coluna de descrição tem por objetivo situar o leitor brevemente acerca dos objetivos, método e referencial teórico de cada produção. A primeira coluna desta tabela se trata de uma menção que cada trabalho recebeu, organizadas como “P1, P2...P10” e tem por objetivo facilitar a fluidez do texto em meio às análises deste capítulo, tendo como referência o artigo de revisão integrativa de Feiten e Irineu (2021) sobre lesbofobia. Também permite diferenciar, em meio às discussões, quando menciono um trabalho da minha revisão integrativa (que usualmente será referido como P1, P2 etc) de outros materiais de sustentação teórica. Porém, para não “objetificar” em demasia as produções analisadas por mim, aciono as menções P1, P2...P10 no decorrer do texto com cautela e, sempre que possível, faço menção ao autor e data. Além disso, sempre que o leitor tiver qualquer dúvida sobre as informações do trabalho ao qual me refiro, é possível acionar a quadro 4 (p. 87).

3.1 A violência contra lésbicas ao longo do tempo e a (des)centralidade do tema em meio a outras pautas do movimento LGBTQIA+

Antes de adentrar a discussão da temática em si, julgo pertinente situar que o tema desta dissertação se encontra engendrado em meio a duas outras temáticas, já discutidas no capítulo 1: as faces contemporâneas da violência e como este conceito vai ganhando notoriedade nas discussões no âmbito da Saúde, sobretudo no início dos anos 2000 na Saúde Pública (Sarti, 2009, p. 92) e a noção de “direitos”, que também não é um conceito estático e, de acordo com alguns autores, também vai se modificando ao longo do tempo (Carrara, 2015, p. 326-327). Introduzo este tópico reavendo a importância de pensar o contexto do tema, pois ao olhar para os trabalhos analisados seguindo uma linha temporal, isto é, ano a ano das publicações, a

influência destes assuntos que tangenciam o tema que me proponho a falar tornam-se mais evidentes.

Tratando-se das publicações de 2011 a 2014, que representam um total de quatro trabalhos (P1, P2, P3 e P4), a violência contra lésbicas é analisada a partir de um “todo”. Ou seja, nas produções analisadas neste recorte temporal, a violência contra lésbicas não é tema central e exclusivo. Ainda que essas produções situem algumas discussões de gênero e outras especificidades de cada grupo, isto aparece de forma mais enxuta.

Nesse sentido, falar da violência contra lésbicas segue uma linha de raciocínio que ora se aproxima, ora se afasta de dois outros temas: a violência contra mulher e a violência contra homossexuais do sexo masculino. Por um lado, no que tange à violência contra mulher, alguns autores (Debert e Gregori, 2008) apontam a problemática de restringir demais o tema ao âmbito doméstico, produzindo tipos específicos de “vítimas”: as esposas ou companheiras de casais heterossexuais. Por outro, em um movimento oposto, mas com consequência semelhante, quando o assunto é violência homofóbica, há autores (Mason, 2002) que apontam a “espetacularização” como sendo capaz de produzir categorias estanques de “vítimas”. Nesse ponto, parece que os trabalhos analisados de 2011 a 2014 (P1, P2, P3 e P4) seguem por uma linha de intensa visibilização do problema da homofobia, ainda que não tratem da temática específica desta dissertação como foco principal.

Tratando-se da violência contra lésbicas como foco central das produções, dentre as dez analisadas, quatro (P5, P8, P9 e P10) tinham como foco central exclusivamente a violência contra lésbicas. E seis (P1, P2, P3, P4, P6 e P7) das produções tratavam da temática juntamente à violência contra outros sujeitos da comunidade LGBTQIA+. Dentre as que não tratavam da temática de modo exclusivo, quatro dos seis trabalhos estão entre os anos de 2011 e 2014.

Ainda que seis das dez produções não versem sobre a violência contra lésbicas de modo exclusivo, isto não quer dizer que estas não tratem do tema de modo explicativo e coerente, de acordo com suas referências teóricas. Apenas destaco esta informação explicitando que alguns dos “contornos” acerca da especificidade da violência contra lésbicas apareceram com o tempo e a partir da influência de diversos atores sociais. Mas, neste caso, destaco a academia dentro desta dinâmica também como produtor e “produto” daquilo que se pretende pesquisar, isto é, a produção da violência contra lésbicas como forma de nomear e delimitar um objeto ou problema de pesquisa com contornos próprios. Afinal, para além dos tensionamentos e motivações na arena política e dos ativismos, pensar em “contornos”, “enquadramentos” e “especificidades” não é também, se tratando da academia, uma forma de tentar ver/compreender/analisar “mais” e “melhor” um fenômeno?

Ao retornar para o recorte da minha pesquisa e avançar um pouco mais na linha temporal, é possível observar que a partir do ano de 2015 a violência contra lésbicas começa a assumir um lugar mais exclusivo, se tratando do foco das produções. Outro ponto relevante é que os trabalhos a partir do ano citado parecem se adensar cada vez mais em compreender o fenômeno da violência a partir da ótica de quem a sofre. Se fosse possível pensar nessa história de como a violência contra lésbicas começa a tecer contornos próprios, de modo cronológico e linear, diante dos meus dados, eu diria que este movimento começa a partir do ano de 2015. E nesse sentido, apenas três anos depois, em 2018, foi publicado o primeiro Dossiê (Peres, Soares e Dias, 2018) que fala exclusivamente da violência contra lésbicas, mobilizando termos como lesbofobia e lesbocídio. Essa dinâmica explicitada parece dialogar com os pensamentos de Lenoir (1996) acerca das definições entre problema social e problema sociológico.

Para a autora (Lenoir, 1996) o problema social, como o próprio nome já diz, tem origem a partir das dinâmicas sociais de determinados grupos que podem apontar fenômenos que acontecem em suas realidades como conflituosos. Enquanto que o problema sociológico diz respeito a análise de como um problema social emerge e é constituído pelo coletivo. Além de quais atores sociais estão envolvidos neste processo, como as relações que esse problema social mantém (ou desestabiliza) outras instâncias sociais, como por exemplo os âmbitos legislativos e jurídicos, bem como com a sociedade de modo mais amplo, inclusive aqueles que não fazem parte do grupo específico ao qual o problema social diz respeito.

Inspirada nas conceituações acima, propostas por Lenoir (1996), seria possível dizer então que a violência sofrida por lésbicas seria o “problema social” enquanto que a academia se debruçando sobre esse fenômeno em busca de compreender como este problema social está sendo visibilizado, por quais atores sociais, utilizando quais categorias analíticas e nomeações, assim como as tensões e modificações ocasionadas em instâncias sociais (jurídicas, legislativas, acadêmicas, midiáticas) delimitariam um problema sociológico.

Ainda neste contexto onde um problema social pode tensionar fronteiras em diversos âmbitos sociais, é relevante destacar que o período de tempo compreendido entre 2015 e 2018 foi marcado por intensas e significativas mudanças políticas no Brasil. No que tange à agenda política dos direitos sexuais e reprodutivos, Araguskú (2020) aponta que a polarização política esquerda X direita se acentua, sobretudo a partir do ponto de vista das “moralidades” e do conservadorismo. É neste contexto que o termo “ideologia de gênero” emerge na gramática política de uma direita conservadora como um termo “guarda-chuva” para unificação de diversos antagonismos aos direitos sexuais e reprodutivos de diversos grupos. O autor situa a consolidação dessa “agenda conversadora” acionada pela utilização do termo “Ideologia de

Gênero”, cada vez mais presente no âmbito legislativo, exatamente entre 2015 e 2018. Ainda que não seja possível eu me estender neste assunto por fugir da minha temática (mesmo que, em muitos aspectos, também a tangencie), considero importante situar este contexto. Isso porque o impacto de como esta agenda conservadora avançou e ocasionou tensões tanto na arena política quanto no âmbito dos ativismos também podem se relacionar com a forma como determinadas violências foram mais ou menos visibilizadas.

3.2 Como a violência vem sendo nomeada/definida

Para iniciar este tópico é necessário situar que a forma como a violência contra lésbicas é nomeada na contemporaneidade foi e ainda é influenciada por diversos deslocamentos históricos. Cito e explico de forma mais enxuta no decorrer deste tópico três “enquadramentos” (Butler, 2010) observados por mim na literatura que delimitam os modos como o fenômeno analisado nesta dissertação são interpretados, percebidos e visibilizados ao longo do tempo. Os três enquadramentos são: a violência de gênero (Debert e Gregori, 2008), a violência contra homossexuais (Facchini, 2002; Facchini, Daniliauskas e Pilon, 2013; Carrara, 2015) e a violência enquanto fenômeno impactando negativamente os dados de morbimortalidade relacionados a Saúde Pública (Minayo e Ramos, 1998; Sarti, 2009).

Os três enquadramentos citados acima aparecem nas produções analisadas na revisão integrativa desta dissertação, com alguns temas sendo mais trabalhados que outros. Mas antes de chegarmos nos dados da minha análise, falarei brevemente como estes pontos estão relacionados. No entanto, é relevante dizer que os acontecimentos históricos/sociais/políticos que tornam possíveis estes temas emergirem enquanto escopos de conhecimento não acontecem em uma linha cronológica tão linear e bem dividida. Nesse sentido, o mais comum é que em determinado tempo histórico, todos os três enquadramentos citados no primeiro parágrafo estejam ocorrendo simultaneamente e se influenciando mutuamente.

A análise que Facchini (2002) faz dos primeiros “contornos próprios” que a comunidade LGBTQIA+, nome que conhecemos hoje relacionado a este grupo, se adensa é a partir dos anos finais da década de 1970, período de redemocratização brasileira pós ditadura militar. Seguindo a linha da autora, também é a partir deste período que me debruço nos respectivos temas. Nos anos finais de 1970 e início de 1980 é possível dizer que estes três enquadramentos decorriam em um mesmo recorte temporal. Por um lado, temos as chamadas na época “minorias sexuais” (Facchini, 2002) se organizando e engajando social e politicamente em busca de direitos, assim

como as mulheres (Corrêa, 2001), influenciadas sobretudo pelo feminismo estadunidense (Heilborn e Sorj, 1999). Por outro, no campo da saúde, as abordagens deste campo de conhecimento estavam preocupadas com a mudança de perfil epidemiológico da morbimortalidade que teve seu início avistado na década de 1960, tendo um crescente exponencial nas décadas subsequentes. Foi quando as análises das causas por mortalidade revelaram a transição das doenças infecto-parasitárias para o contexto da violência como importante fenômeno de impacto (Minayo e Ramos, 1998). Então o que e como este contexto teria a ver, de modo mais específico, com temática desta dissertação?

O fio condutor que construo para responder à pergunta acima é que a violência contra lésbicas passa a ser pensada inicialmente junto aos ditos “grupos minoritários” da década de 70 e 80, mas não apenas por eles. A partir dos anos 80 em diante, também os engajamentos sociais e políticos de grupos organizados de mulheres, influenciados por ondas de feminismo nos Estados Unidos e na Europa, passam também a pensar a questão das lésbicas a partir das discussões em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. E o que estes dois contextos têm em comum? Ambos se apoiam, em alguma medida, nas crescentes discussões acerca da violência situadas na Saúde Pública e Coletiva e como este aspecto se relaciona com a noção de direitos e cidadania. Vale destacar também que entre as décadas de 80/90, quando o assunto são as discussões suscitadas pelo movimento LGBTQIA+ (como conhecemos hoje), além da temática da violência, o advento do HIV/AIDS também suscita extensas e intensas discussões envolvendo este grupo (Facchini, Daniliauskas e Pilon, 2013).

Quando o assunto é a temática da violência avançando nas discussões em Saúde Pública e posteriormente na Saúde Coletiva, seria possível fazer um outro tópico ou até mesmo um capítulo para explicitar as tensões e deslocamentos históricos e políticos que tornaram possíveis a constituição da Saúde Coletiva tal qual a conhecemos hoje em diálogo com a Saúde Pública. No entanto, isto fugiria em demasia da minha proposta, então serei um pouco mais breve. A Saúde Coletiva como conhecemos hoje, cuja proposta é a integração de algumas áreas de saber, é recente. Vieira-da-Silva (2018, p. 37) aponta o surgimento da Saúde Coletiva como uma espécie de redefinição dos espaços da Medicina Preventiva e da Saúde Pública institucionalizada. A Saúde Pública, por sua vez, é bastante valorizada sobretudo por seu caráter empírico e quantitativo. E ao resgatarmos a violência enquanto uma das principais pautas dos referidos grupos citados anteriormente e também como objeto de crescente atenção da Saúde Pública, é possível inferir que este contexto influencia a forma como a violência que atinge cada grupo passaria a ser definida/nomeada e até mesmo quantificada. E é neste ponto que toda a discussão sobre visibilidade feita no primeiro capítulo parece se situar na história, com seus

deslocamentos e tensões próprios da realidade brasileira e dos processos sociais e políticos que aqui ocorreram. Dialogar com a Saúde Pública, nesse sentido, era e ainda é usualmente muito valorizado a partir daquilo que se pode quantificar e para tanto, se faz necessário definir o fenômeno, dar formas e contornos mais elucidados e até mesmo utilizar termos eficazes para a “nomeação”. Nesse sentido, ter “argumentos quantificáveis”, definições com contornos marcados e “nomes” para identificar um fenômeno de maneira rápida e eficaz, foram uma estratégia para tensionar limites em diversas arenas (políticas, sociais e até midiáticas) para que os grupos avançassem com suas pautas.

Para exemplificar o processo descrito acima em relação no âmbito dos estudos de gênero, podemos citar a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (13.104/2015). Em relação a comunidade LGBTQIA+ cito o avanço mais recente em que o Supremo Tribunal Federal, em 2019, decide que a homofobia e transfobia é um crime imprescritível e inafiançável equiparado penalmente ao racismo (Lei 7.716/1989). E aqui cito apenas as leis, ou seja, a ponta final desta equação que estabelece a violação de determinados direitos como crime. Em termos de outros avanços importantes poderíamos citar exemplos como as Conferências Nacionais de Política para Mulheres dando origem a documentos institucionais de forte relevância sociopolítica como o Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM) quando o assunto é violência de gênero. E tratando-se da comunidade LGBTQIA+, as Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que também mobilizam e viabilizam documentos institucionais importantes, como o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs. Ainda que meu objetivo não seja adentrar de forma mais esmiuçada nestes materiais julgo importante cita-los como forma de contextualizar a temática aqui trabalhada.

Além disto, quando o assunto é a forma como as nomeações e visibilidade tornam possíveis o avanço de determinadas pautas, tratando-se especificamente da violência contra lésbicas alguns termos já vêm sendo mobilizados como forma de tensionar fronteiras nas arenas políticas. Nesta dissertação tive por objetivo analisar a emergência e circulação de três termos/nomeações que usualmente estão relacionadas a descrição da violência contra lésbicas: *lesbofobia*, *lesbocídio* e *estupro corretivo*. Abaixo farei a discussão teórica da emergência e circulação destes termos atrelada aos resultados e análise de dados provenientes da minha revisão integrativa.

Quanto a incidência dos termos nos trabalhos analisados, o que mais apareceu foi o termo “*lesbofobia*”, que esteve presente em cinco (P1, P3, P6, P8 e P10) dos dez trabalhos, seguido por “*estupro corretivo*” aparecendo em quatro (P3, P6, P8 e P10) dos dez trabalhos.

Enquanto que “*lesbocídio*” aparece apenas uma vez (P10), o que de certa forma já era algo parcialmente esperado por mim, pois o termo aparece pela primeira vez a partir do Dossiê sobre Lesbocídio (Peres, Soares e Dias, 2018) cujo ano de publicação é o mesmo de P10 (2018).

Tratando-se da análise do primeiro termo, *lesbofobia*, a descrição encontrada em P1 (Silva-Júnior, 2011, p. 21) foi: “*ódio, aversão e medo irracional que se manifesta contra as mulheres homossexuais (lésbicas)*”. Anterior a isto, o autor argumenta que “homofobia” era utilizada como uma expressão mais ampla para designar as manifestações e sentimentos odiosos contra a população LGBTQIA+ de modo mais geral. Conforme os estudos acerca da temática LGBTQIA+ foram avançando e os próprios grupos que compõe o movimento, a partir dos ativismos, buscaram especificidades na nomeação da violência que os aflige, há a emergência dos termos *lesbofobia* e *transfobia*. Nesse sentido, para Silva-Júnior (2011) autor de P1, a circulação do termo não acontece apenas a partir dos ativismos, mas conta também com pesquisadores e estudiosos do tema. Esta argumentação pareceu fazer especial sentido para mim ao considerar que uma das conceituações acerca de lesbofobia que vi muito se repetir durante os estudos do tema, inclusive destaco esta presença em P3 e P8, foi a de Borillo (2010, p. 22-23): “*a lesbofobia consiste em uma especificidade no cerne de outra: a lésbica sofre pelo fato de ser mulher e pelo de ser homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula discriminações contra o sexo e contra a sexualidade.*”. E apenas um ano depois dessa publicação de Borillo, em 2011, a *lesbofobia* também aparece como sendo visibilizada pelo ativismo em um documento²¹ de relevância acadêmica e política²², cujo capítulo é escrito por Vange Leonel²³. Considero este como apenas um dos exemplos de como estes termos parecem circular por uma teia de atores sociais diversos, mas notadamente com a presença da academia e dos ativismos.

Ainda nesse contexto da circulação do termo na literatura acadêmica, em P3 (Avelar, 2014) o conceito de *lesbofobia* aparece sendo mobilizado por outros dois autores além de Borillo (2010), sendo eles Téllez (2012) e Lorenzo (2012). Em relação à origem da lesbofobia, de modo complementar ao já dito anteriormente, conforme Avelar (2014, p. 21-23), autor de P3, a *lesbofobia* “*tem sustentação na negação social de que estas mulheres têm uma sexualidade*

²¹ O documento que me refiro é “Diversidade sexual e homofobia no Brasil / [organizadores Gustavo Venturi, Vilma Bokany]. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.”

²² É um documento tanto político quanto acadêmico pois a sua construção é fruto de uma pesquisa intitulada “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil – Intolerância e Respeito às Diferenças Sexuais” que dá origem a um livro (no caso, este é o documento que estou me referindo no texto) onde acadêmicos e ativistas trazem discussões acerca de diversas temáticas relacionadas a intolerância e violência contra LGBTs. Além disto, tanto a pesquisa quanto a publicação do livro são coordenadas pela Fundação Perseu Abramo, que se define como: “Um espaço para o desenvolvimento de atividades de reflexão político-ideológica, estudos e formação política dos filiados do Partido dos Trabalhadores (PT). Criada em 1996 pelo Diretório Nacional do PT, a Fundação realiza pesquisas nacionais sobre temas de interesse da sociedade, publica livros e revistas, organiza conferências, seminários e debates, que traduzem a história, as transformações, o pensamento e as perspectivas do socialismo democrático no Brasil e no mundo.” (2011, p. 7-8)”

²³ Artista, música e ativista LGBT.

própria e legítima”. Nesse sentido, P1 e P3 mobilizam o termo de maneira muito semelhante, referindo *lesbofobia* como atos odiosos de um modo amplo, assim como preconceito, discriminação e intolerância dirigidos a mulheres lésbicas que tem como base a não aceitação de suas sexualidades e carrega também as dissidências de gênero.

Já em P6 (Melo, 2016) o conceito de violência contra lésbicas também é visto a partir da ótica de uma especificidade da homofobia, entretanto o termo *lesbofobia* não é mobilizado. Uma das entrevistadas (que tem as seguintes características descritas: mulher, lésbica, 22 anos, ensino superior completo e sem religião) dessa dissertação utiliza *homofobia* para se referir a violência sofrida e a autora toma nota deste termo, sinalizando que a entrevistada optou por utiliza-lo ao invés de *lesbofobia*. Em P6 a fundamentação teórica sobre a violência oferece a nuance da sexualidade articulada ao gênero para pensar a questão das lésbicas e também reconhece a existência dos estudos mencionados pela autora como das *LGBTfobias* (Melo, 2016), mas não se aprofunda neles.

Além disto, ao tomar nota sobre *lesbofobia* a autora também expõe a necessidade de continuar pensando este campo da especificidade das violências. Então é possível dizer que P6 é um trabalho que pensa a questão da violência contra lésbicas, incluindo as nuances sexo/gênero, mas sem mobilizar o termo *lesbofobia*, ainda que o reconheça e aponte a necessidade do avanço destes estudos.

Enquanto que em P8 (Oliveira, 2017) a autora reconhece *lesbofobia* como uma nomeação para a violência contra lésbicas e também como um termo que, de certa forma, advém de tensões sociopolíticas, mas ainda sim provenientes do termo *homofobia*. Oliveira (2017), autora de P8, se apoia teoricamente em Junqueira (2007)²⁴ em defesa do uso crítico e comedido do termo *homofobia* por duas razões: a força política que este termo recebe devido às lutas dos grupos ditos “minoritários” por direitos, como já tratamos aqui. Isto implica dizer que, na concepção destes dois autores, a utilização de *homofobia* para nomear fenômenos violentos contra comunidade LGBTQIA+ foi e ainda é (até a presente data do trabalho) o termo mais eficaz para os sujeitos (ativistas, acadêmicos e sociedade num geral) entenderem do que se trata. E a outra razão, Oliveira (2017) segue a linha de raciocínio de Junqueira (2007), apontando para um risco de “naturalização” das nomeações acerca da forma como as violências da comunidade LGBTQIA+ traçam contornos de suas especificidades.

Nesse sentido, em P8, Oliveira (2017) argumenta que inicialmente a questão da homossexualidade era pensada a partir de áreas de saberes restritas, como a medicina e a

²⁴ O texto referido pela autora (OLIVEIRA, 2017) é o: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: Limites e Possibilidades de um Conceito em Meio a Disputas. In: Revista Bagoas (1), 2007.

psicologia, tratando o assunto como uma espécie de fenômeno individual e suas consequências no social eram pouco pensadas. Com o avanço dos estudos da temática, as dimensões relacionais, ou seja, sócio-históricas e políticas que estão envoltas no tema começam a tomar forma e serem visibilizadas. Nesse ponto, a definição de *homofobia* passa a englobar não apenas aspectos da sexualidade, mas também nuances de gênero. O ponto crítico para pensar as violências da comunidade LGBTQIA+ tecendo especificidades seria então a “cristalização” dessas categorias/nomeações. Esse ponto parece ir ao encontro com alguns autores acerca do mesmo argumento, sendo eles Mason (2002) e Sarti (2009). A ideia é que produzir excessivas pressões para visibilizar determinados fenômenos sem tomar cuidado com as naturalizações e o que elas podem implicar pode ocasionar uma busca por tipos específicos (fixos e cristalizados) de sujeitos para identificar tipos particulares de violência. E no jogo da excessiva especificidade, a pluralidade dos sujeitos se perde e o sentido da violência enquanto fenômeno relacional que se molda e se adapta de acordo com as mais diversas dinâmicas dificilmente consegue ser compreendido em sua amplitude.

Já em P10 (MOTTER, 2018) *lesbofobia* é uma nomeação utilizada para definir a violência contra lésbicas, assim como outros termos mais recentes para nomear outras violências específicas, como a *gordofobia* (MOTTER, 2018). Além disto, P10 foi o único trabalho em que a nomeação da violência contra lésbicas como *lesbofobia* aparece desta forma não apenas pela autora, mas também por uma das entrevistadas (mulheres, lésbicas e ativistas) na pesquisa. Em todas as outras publicações analisadas, nas vezes em que *lesbofobia* apareceu, era sempre em um contexto muito teórico das argumentações dos autores acerca do tipo de fenômeno que estudavam. Em P10, a *lesbofobia* aparece como sendo definida pelo processo de violência que a entrevistada passa por não performar “feminilidade”. Conforme Motter (2018), autora de P10, nesse ponto citado, a *lesbofobia* teria a ver então com o fato de uma das entrevistadas (com as seguintes características descritas no trabalho: mulher, lésbica, ativista, não performa feminilidade) ter sido questionada do porquê ela não se assumia como um “homem”, já que não performava feminilidade. Isso revela que o processo de violência, intitulada *lesbofobia*, está relacionada a uma posição da subversão da mulher lésbica a adequações esperadas tanto de sexualidade quanto de gênero. Além disto, Motter (2018) argumenta também que a *lesbofobia* assume, muitas vezes, um caráter ainda mais agressivo e cruel que a homofobia, por ser uma violência que articula duas texturas: a de gênero e da dissidência sexual.

A partir destas análises é possível inferir que o termo *lesbofobia* emerge e começa a ter mais circulação a partir de 2010, muito mobilizado inicialmente por ativistas e pela academia.

No entanto, vem ganhando notoriedade em outros âmbitos sociais e sendo utilizado por outros sujeitos (para além da academia, por exemplo), como podemos ver em P10. Além disto, o termo é usualmente utilizado para referir a violência contra lésbicas, incluindo atos odiosos, discriminação e preconceito. A expressão desta violência pode variar de acordo com os marcadores sociais da diferença em que o sujeito que a sofre está inserido (como classe, dimensão racializada e religião, por exemplo). Os tipos de violência serão melhor analisados no próximo tópico deste capítulo.

Tratando-se do termo *estupro corretivo* que esteve presente em quatro (P3, P6, P8 e P10) dos dez trabalhos, apesar de ter sido o termo que mais avançou no sentido de “pauta política”²⁵, é um fenômeno ainda um pouco nebuloso na literatura e no âmbito acadêmico, mas está um pouco mais presente no “senso comum” ou seja, na sociedade de um modo geral. Tanto que diferentemente de *lesbofobia*, termo que foi pouco mobilizado por entrevistadas (o que tem em comum nas descrições destas sujeitas são o fato de serem mulheres e lésbicas) em trabalhos analisados que tinha cunho qualitativo e utilizaram entrevistas, o *estupro corretivo* aparece entre as narrativas de mulheres lésbicas como um medo frequente. Em P6 (Melo, 2016) a autora aponta que o medo do estupro relatado pelas entrevistadas, ora aparecia por conta do gênero (em caso de mulheres trans) mas também aparece no caso das lésbicas, onde o medo também estaria diretamente ligado a questão do gênero e da dissidência sexual. O receio desse tipo de violência foi relatado em P6 por pelo menos três das dez entrevistadas.

Apesar do termo *estupro corretivo* ser praticamente auto explicativo, julgo necessário adensarmos um pouco mais sua definição e como este termo parece emergir e circular. Em P6 (Melo, 2016, p. 48) encontramos parte desta definição:

“O estupro corretivo se caracteriza pela violação dirigida às mulheres que se relacionam sexualmente e afetivamente com outras mulheres, não apenas mulheres lésbicas, mas também bissexuais e transexuais, como forma de “correção” de sua sexualidade quando forçada a relacionar-se sexualmente com um homem”

O termo surge no início dos anos 2000, visibilizado por ONGs de direitos humanos, cito em específico a *ActionAid*²⁶ com objetivo de lançar luz ao contexto de lésbicas sul africanas que sofriam estupros com objetivo de “corrigir” suas sexualidades (Leonel, 2011). E nesse sentido, todos os trabalhos analisados em que *estupro corretivo* apareceu como nomeação sendo

²⁵ Me refiro aqui aos projetos de lei (PL 452/2019 e PL 1619/2021) que tiveram por objetivo enquadrar o *estupro corretivo* como um tipo de crime específico listado no artigo 213 do código penal, que é o artigo que fala especificamente de estupro, com aumento de pena para os casos de estupro do tipo *corretivo*.

²⁶ Disponível em: <https://actionaid.org/stories/2019/rainbow-activists/> acesso em: 02/10/2023

mobilizada (P3, P6, P8 e P10), as definições se assemelham os sentidos atribuídos pelas ONGs e por Leonel (2011).

A questão que ainda fica nebulosa para mim acerca do termo é que no âmbito acadêmico eu não encontrei nenhuma produção que pensasse o *estupro corretivo* com as especificidades da realidade brasileira. Não encontrei produções que se debruçassem especificamente no termo e nas diferenças/semelhanças deste tipo de estupro relacionados a violência de gênero, por exemplo. E tampouco como este tipo de fenômeno violento afeta, de fato, as lésbicas seja por estudos quali ou quantitativos.

Isto implica dizer que, até o presente momento e falando especificamente dos dados aqui trazidos, o *estupro corretivo* aparece de forma um pouco naturalizada. E defino naturalizada como um termo que é ainda pouco explorado quando pensado a partir da realidade brasileira e também raso no que tange suas conceituações teóricas e a dimensão e proporcionalidade da ocorrência do fenômeno na contemporaneidade.

Para exemplificar meu argumento, utilizo uma ferramenta de pesquisa de busca de palavras nos trabalhos P3, P6, P8 e P10. Em P3 o termo aparece apenas uma vez, sendo mobilizado para descrever a presença de um tipo específico de violência sexual contra lésbicas que aconteceria de modo mais assíduo no âmbito familiar. Já em P6 e P8 o *estupro corretivo* aparece sete vezes e nove vezes, respectivamente. São nestes trabalhos que, em comparação com os outros dois (P3 e P10), o termo recebe um pouco mais de atenção e é mobilizado tanto a partir da autora, como das entrevistadas. Porém voltarei a falar destes trabalho e desse tipo de violência em específico no próximo tópico, quando descreverei de modo mais detalhado quais violências estão sendo mais visibilizadas e aparecem como mais recorrentes. Enquanto que o trabalho P10 aparece com apenas uma menção ao *estupro corretivo* no relato de uma das entrevistadas acerca dos tipos de ameaça de violência que já sofreu.

Nesse sentido, o *estupro corretivo* é um termo que parece ser mobilizado muitas vezes de forma naturalizada para nomear a violência sexual sofrida por mulheres lésbicas. Entendo que isto caracteriza uma lacuna na minha pesquisa, revelando uma temática ainda pouco explorada, apesar da visibilidade que vem recebido ao longo do tempo (e aqui faço menção aos projetos de lei já mencionados neste trabalho sobre o *estupro corretivo* e também das citações e mobilizações do termo de modo não muito crítico durante as análises da minha revisão integrativa).

Um caminho possível de investigação que sugiro e que tentei trilhar, mas sem sucesso pois os dados estavam indisponíveis para consulta no site, é explorar os dados de denúncia registrados nos canais de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH).

Este portal²⁷ reúne e dissemina informações sobre as denúncias recebidas nos canais Disque 100 (Direitos Humanos), Disque 180 (Central de Atendimento a Mulher) e pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil. A grande questão é que frequentemente o site sai do ar ou as informações ficam indisponíveis, oferecendo um grande impasse para esta exploração.

Por último, abordo o termo que até o momento recebeu menos menções, que é o *lesbocídio*. O termo é mobilizado pela primeira vez no Dossiê sobre Lesbocídio sendo definido como “*morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica*” (Peres, Soares e Dias, 2018, p. 19). As autoras do Dossiê (2018, p. 21) seguem na definição dizendo que:

“O termo lesbocídio, dentre outras motivações, é proposto por este Dossiê como forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia.”

Nesse sentido, o *lesbocídio* parece fazer menção direta aos assassinatos cometidos contra lésbicas, advindos do agravo da violência caracterizada como lesbofobia. Em P10, o termo aparece sendo mobilizado de forma semelhante, sendo o *lesbocídio* uma das “pontas finais” de um tipo grave de violência, tal qual o *estupro corretivo*. A utilização desta nomenclatura tem sua emergência marcada a partir da construção do referido Dossiê (2018) e esta data é também a data limite do recorte temporal das minhas buscas. Ou seja, é um termo que aparece apenas em uma publicação (P10), como já dito. Infiro que ao abordar a temática e observar a circulação em trabalhos mais recentes, esta investigação possa ser expandida.

²⁷ O portal que me refiro aqui é o: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>

3.3 Quais tipos de violência e qual o *locus* mais frequente

No tópico anterior vimos como a violência contra lésbicas pode mobilizar diferentes nomeações, enquanto que neste tópico busquei analisar quais tipos de violência são mais descritas e em quais locais elas são mais frequentes. Início a análise com a violência do tipo assassinato, por se tratar da temática do primeiro trabalho analisado (P1) e também por ser o tipo de violência que menos apareceu nas minhas análises.

Tratando-se do assassinato, tema de análise de P1 (Silva-Júnior, 2011), como o grupo que reúne maior número de crimes desse tipo são homossexuais do sexo masculino e pessoas trans, o autor se debruça mais extensamente na análise dos assassinatos (nomenclatura utilizada pelo autor para o crime de homicídio) ligados a estes grupos. Desta forma, a análise do assassinato de lésbicas aparece pouco e sem muitos adensamentos teóricos. O assunto aparece ligado a lésbicas sendo descrito apenas quando os assassinatos estão ligados a um caráter passional. A descrição deste tipo de ocorrência é quando ex companheiros/maridos nutrem recusa na aceitação de suas antigas parceiras se revelando lésbicas ou em relação com outras mulheres, culminando no assassinato. É relevante destacar que ainda que P1 seja datado de 2011, em 2018 a especificidade deste tipo de crime atrelado ao caráter passional também aparece no Dossiê sobre Lesbocídio, como o primeiro tipo de lesbocídio citados pelas autoras (Peres, Soares e Dias, 2018, p. 28), sendo descrito como “demonstrações de virilidades ultrajadas”. Ainda que o Dossiê sobre Lesbocídio não seja fruto direto da minha revisão integrativa, ele compõe um dos meus primeiros achados sobre o tema, como descrito na metodologia. Por esta razão aciono ele juntamente a análise de P1. E também porque esse tipo de violência apareceu com pouca frequência e pouco adensamento no material analisado por mim, inclusive em P1. Desta forma, utilizo o Dossiê sobre Lesbocídio (2018) neste momento como material de suporte para discussão dos resultados.

Peres, Soares e Dias (2018), autoras do referido Dossiê, além da tipologia da violência nomeada como *lesbocida* atrelada ao caráter passional, apontam outras seis tipologias nos registros analisados por elas. Sendo descritas como: *Lesbocídio* cometido por parentes homens; por homens conhecidos sem vínculo afetivo-sexual ou consanguíneo; *assassinatos* sem conexão com a vítima; suicídio ou crime de ódio coletivo; *lesbocídio* atrelado a multiplicidade de opressões e ao tráfico de drogas e por último; *lesbocídio* como expressão da desvalorização das lésbicas. Essas tipologias são, de certa forma, descritivas, ainda que de forma enxuta, de quem comete o *lesbocídio* e/ou da forma como ele ocorre. Inclusive, por essa razão a discussão acerca do *lesbocídio* está nesse tópico e não no anterior. Pois aqui é possível enxergar melhor como o

lesbocídio é descrito em termos materiais e quais atores sociais ele envolve e não apenas como o termo é mobilizado.

Ainda que o Dossiê não forneça informações sobre quais os números de assassinatos ligadas a cada uma dessas tipologias, é possível observar algumas outras características mais gerais. Dentre o recorte temporal analisado por Peres, Soares e Dias (2018) o número de registro de assassinatos de lésbicas foi de 14 em 2014, 21 em 2015, 23 em 2016 e 35 em 2017. Revelando uma linha numérica crescente conforme os anos avançam. A faixa etária que obteve o maior número de registros de assassinatos foi a compreendida entre 20 e 24 anos, representando 34% dos casos registrados (Peres, Soares e Dias, 2018). Além disto, 55% dos casos de assassinatos correspondiam a lésbicas não-feminilizadas. Nestes mesmos registros, 42% dos casos eram lésbicas negras, 57% brancas e 1% indígenas. No entanto, para contextualizar este ponto da dimensão étnico-racial, as autoras destacam que a pesquisa tem caráter experimental, com notificações provenientes das mídias digitais e redes sociais. Além disto, a precariedade dos dados associados à temática e os regimes de visibilidade que alguns casos têm nestas redes e mídias digitais tornam alguns registros mais visíveis que outros. Ao associar estas informações aos dados oficiais de mortalidade da população indígena e negra no Brasil, as autoras inferem que os números e consequentemente o percentual de *lesbocídio* que atinge lésbicas negras e indígenas seja ainda maior.

Em relação aos dados da pessoa que comete o assassinato, 36% dos casos são desconhecidos, 34% representam pessoas com vínculos afetivos/familiares e 30% pessoas conhecidas. Em 83% dos casos o *lesbocídio* foi cometido por pessoas do sexo masculino (Peres, Soares e Dias, 2018). Além disto, 72% dos casos registrados ocorreram em espaço público e 28% em residência. Este último dado, dos assassinatos ocorrendo em sua grande maioria em espaços públicos contrasta com os dados presentes em minhas análises da revisão, onde outras violências descritas para além dos assassinatos apareceram mais relacionada ao âmbito familiar/doméstico. Por outro lado, uma semelhança que pode ser apontada entre a violência narrada pelo Dossiê e os trabalhos analisados por mim foi o rompimento da linearidade esperada socialmente da binômio sexo/gênero produzindo texturas e agravamentos na violência sofrida.

Tratando-se do material analisado por mim e os tipos de violência presentes neles, é relevante destacar que não há grandes adensamentos teóricos na forma como os autores definem determinados atos violentos como de origem física, psicológica ou sexual. Nesse sentido, as definições acerca da origem do tipo de violência, em todos os trabalhos, parecem seguir as propostas da OMS (2002) acerca das definições da “natureza” do tipo de violência, sendo elas: física, sexual, psicológica e envolvendo negligência ou privação. A utilização destas tipologias,

de acordo com a OMS (2002, p. 5-6) teriam o objetivo de fornecer: “(...) *uma estrutura útil para se compreender os complexos padrões de violência que ocorrem no mundo, bem como a violência na vida diária das pessoas, das famílias e das comunidades.*”

O tipo de violência mais presente nos trabalhos analisados foi a violência psicológica, presente em sete dos dez trabalhos (P2, P5, P6, P7, P8, P9, P10). Em seguida, vem a violência física, aparecendo em cinco dos dez trabalhos (P2, P5, P6, P7, P8) e, depois, da violência envolvendo privação e negligência (P2, P6, P7, P8) com o mesmo número de aparições que a violência sexual (P3, P6, P8, P10) com a incidência em quatro dos dez trabalhos analisados.

A prevalência da violência psicológica aparece sendo descrita nos trabalhos como constituída por ameaças, insultos, humilhações, perseguições e exposição a situações que levam estas mulheres a acreditarem que estão “malucas” ou “erradas” em relação a forma como se sentem sobre si mesmas e a expressão de seus afetos e desejos. Já a violência física aparece descrita como “surras” recebidas a partir da revelação de suas sexualidades ou como forma de “correção” de suas orientações sexuais. No contexto dessas violências, em P2 (Balthazar, 2012) e P5 (Silva, 2015) é explicitado que tanto a violência psicológica quanto a física se agravaram a partir da desconfiança ou da revelação da sexualidade. Isto implica dizer que, muitas vezes, esconder a orientação sexual tem também a ver com a tentativa de minimizar as violências sofridas. Abordarei este ponto mais especificamente no próximo tópico.

Tratando-se dos locais onde a(s) violência(s) mais aparecem, de acordo com os trabalhos reunidos e analisados por mim, a prevalência é o âmbito doméstico e a esfera familiar (P2, P5, P6, P8, P9). Em P8 (Oliveira, 2017), dissertação cujo objetivo é analisar as diferentes formas de expressão da homofobia e as variações nas vivências de gays e lésbicas de Natal/RN, entrevistados gays e lésbicas respondem a alguns questionários e uma das perguntas diz respeito ao local em que eles percebem sofrer mais violência devido às suas sexualidades. Sete das oito mulheres lésbicas entrevistadas responderam sofrer mais violência em casa do que na rua. Enquanto que entre os homens gays, sete dos oito entrevistados sinalizaram sofrer mais violência na rua do que em suas residências. Esses dados reforçam a ideia de que o *locus* da violência contra mulheres lésbicas parece ser muito mais frequente no âmbito doméstico e esfera familiar, enquanto que a violência contra homens gays aparece muito veiculada à violência sofrida na rua. Isto não quer dizer que gays não sofrem violência em suas residências e lésbicas não sejam violentadas na rua. Mas é possível inferir que a violência contra estes dois grupos possui texturas e nuances de gênero que merecem ser destacadas.

Quando o assunto é violência no âmbito doméstico e violência contra lésbicas, considero importante situar essa dinâmica também no entremeio das questões de gênero. Mas para

pensarmos em violência de gênero, é necessário darmos alguns passos atrás, de modo a não naturalizar e perder de vista o contexto em que esta categoria analítica emerge e é utilizada. De acordo com Araujo (2023, p. 2) a violência de gênero poderia ser definida como: “*uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência.*” A utilização do termo *violência de gênero* aparece no entremeio dos anos 80 e 90 a partir de desdobramentos dos estudos de gênero para designar a violência contra mulher num sentido mais amplo (Scott, 1986; Saffioti e Almeida, 1995). A violência contra mulher, por sua vez, é um termo que aparece um pouco antes, no final dos anos 70 e início dos anos 80 fazendo referência ao assassinato de mulheres e a frequente impunidade daqueles que os cometiam. No decorrer da década de 80, esse conceito passa a abranger também os maus tratos e espancamentos sofrido por mulheres nas relações conjugais. E como a incidência deste tipo de violência ocorreria em sua grande maioria no âmbito doméstico, a violência contra mulher e a violência doméstica muitas vezes são acionadas como sinônimos, ainda que não sejam a mesma coisa (Araujo, 2023).

Além disto, no decorrer do período compreendido entre os anos 80 e 2000, os esforços empenhados sobretudo por ativistas feministas em visibilizar e buscar soluções para o problema da violência contra mulher, tiveram como efeito a criação do SOS Mulher e outros Serviços de Atendimento a mulheres vítimas de violência, como aponta Debert e Gregori (2008). Este assunto é ainda mais complexo do que eu poderia me estender aqui, pois a tentativa de resolução do problema relacionado à violência contra mulher e a violência de gênero, envolveria também a diferenciação de *crime e violência* e como manejar estes aspectos. Além da necessidade de perceber esses tipos de violências como um fenômeno relacional, de modo a não cristalizar os perfis da vítima e do agressor em categorias estanques (Debert e Gregori, 2008).

No entanto, o ponto que eu gostaria de me ater nessa discussão é que a violência contra mulher, pensando na dinâmica sócio-histórica e política que aponte, nos leva a uma pergunta básica: o que, supostamente, definiria uma mulher como tal? No contexto da violência contra mulher, o alicerce da categoria “mulher” pode ser compreendido a partir do binômio sexo/gênero e das proposições trazidas por Rubin (1975) acerca da heteronormatividade como alicerce desse sistema. Apoiada nesta autora, ser mulher advém de uma percepção da diferenciação biológica, ou seja, aqueles que têm vagina são mulheres e os que tem pênis, homens. Mas mais do que isso, a interpretação biológica aplicada à cultura relaciona também estas características a papéis específicos que a mulher e o homem devem desempenhar. As mulheres são delegadas as práticas de cuidado, a maternidade e também o pertencimento a um homem a partir do casamento e da constituição da família heterossexual.

Conforme a violência contra mulher avança em seu escopo teórico a partir dos adensamento dos estudos de gênero, sobretudo com fortes influências de autoras como Butler (2003), o conceito de “mulher” a partir da lógica biologizante se torna ineficiente para abranger a pluralidade das sujeitas que compõe este grupo. Butler (2003, p. 20) sinaliza o paradoxo presente na busca de um sujeito universal que represente um coletivo “perante a lei” ao destacar o efeito dual do poder, com funções jurídicas e produtivas, concomitantemente. Por um lado, busca-se este “sujeito” universal capaz de representar uma identidade comum deste coletivo perante a lei para luta por direitos, garantias legislativas e ações jurídicas. Por outro, a dinâmica em que emerge este sujeito universal é através de processos reducionistas de exclusão e hierarquização dos sujeitos que buscam sua legitimação e reivindicação de direitos a partir dessa categoria.

Além de Butler (2003), é possível citar também Scott (1986), autora muito acionada tratando-se do contexto brasileiro na utilização do termo *gênero* e da maior abrangência que essa nomeação poderia oferecer. Nas argumentações de Scott (1986) a partir do conceito de gênero seria possível pensar outros aspectos para além da biologia e da função reprodutiva nas definições do que é ser homem ou mulher. A diferença sexual e a sexualidade poderiam então ser pensadas como dimensões que se interpõe, mas não necessariamente são constitutivas uma da outra.

Elucido que este “passo atrás” que dei para discutir brevemente sobre as dimensões do gênero e conseqüentemente da violência relacionada a ele, se ligam a minha dissertação no que diz respeito às violências analisadas nos trabalhos. Ainda que o conceito de gênero apareça como uma possibilidade de expansão para pensar os sujeitos para além da dimensão biológica, é possível dizer que a interpretação biologizante dos corpos, muito apoiada no binômio sexo/gênero, não foram superadas, marcando profundas e frequentes texturas na violência sofrida por lésbicas.

O exemplo da explanação do parágrafo acima pode ser pensado a partir do trabalhos P5 (Silva, 2015), P6 (Melo, 2016) e P10 (Motte, 2018). Nestas produções ficou evidente a relação da sexualidade articulada a expectativa de correspondência dos papéis de gênero como um dinâmica que agrava a violência sofrida. Os três trabalhos citados foram de cunho qualitativo e utilizaram entrevistas e/ou relatos de vida para lançar luz a questão da violência que atinge lésbicas. Em P5 e P6 foi muito frequente encontrar relatos da violência que vinham a partir de privações em relação a desempenhar determinadas atividades esportivas ou brincadeiras consideradas “de menino”, assim como uma necessidade de performar feminilidade, saber

cuidar da família no desempenho das atividades domésticas e também de cumprir um destino esperado: casar com um homem.

Em P6 (Melo, 2016) os efeitos de subverter a norma daquilo que se espera socialmente nessa equação alicerçada no modelo de opressão sexo/gênero foi descrita a partir de várias violações. Uma entrevistada relata que o medo que aparece de modo mais latente para ela é do estupro, porque ela tem uma amiga lésbica que é muito próxima e após sua sexualidade ter sido descoberta, a mesma sofreu um *estupro* com a motivação de “corrigir sua sexualidade” e engravidou. Enquanto que outra lésbica narra que desde sempre sofria restrições por parte da família em relação às roupas que usava e esporte que tentava praticar, pois seus gostos pessoais eram apontados pela família como “coisa de menino” e conseqüentemente se tornavam uma proibição. E no sentido oposto, essa mesma entrevistada tinha que fazer atividades que não gostava, se vestir de modo que não se identificava como forma de “usar coisas de menina”. Além disso, uma terceira entrevistada conta também que após a família descobrir a sexualidade, ela foi internada numa clínica psiquiátrica como forma de tentar “corrigir” sua sexualidade. É possível encontrar outros relatos dessa “tentativa de correção” que para algumas mulheres apareceu em forma de surras, onde o discurso do agressor seguia esta linha de raciocínio: bater até que a sexualidade fosse “consertada”.

Já em P5 (Silva, 2015) o aparecimento da influência do modelo de opressão sexo/gênero também emerge a partir de “atividades/roupas/attitudes de menino e de menina”, a performance da feminilidade, mas aqui é possível observar esse arranjo muito atrelado à ideia de uma linearidade do gênero e da sexualidade com objetivo de concretizar a ponta final da equação: o casamento entre um homem e uma mulher e a criação de uma família heterossexual. Silva (2015), autora de P5, se propõe a analisar o tema a partir de dois *espaços* em que as violências foram mais frequentes diante das entrevistadas: a família e a religião. No caso da religião, a análise advém de duas em específico, pois foram as que se apresentaram durante as narrativas: a católica e a evangélica.

É interessante notar que pensar em “família” e “religião” enquanto “locais” em que a violência acontece, oferece um panorama que, de certa forma, é de “diferenciação”, como se fossem dois “lugares” diferentes. Entretanto, ao pensar nesses “locais” de forma mais ampla e como partes de um coletivo que constitui a sociedade, podemos compreender “família” e “religião” também como instâncias sociais. Nesse sentido, aponto a ideia de “instância social” não a partir de um “essencialismo”, mas também não apenas como um lugar. E sim como uma teia de relações, dinâmicas e moralidades que constituem e também são constituídas pelos sujeitos, influenciados por aspectos sociais, históricos, políticos e econômicos.

Seguindo a proposta de pensar família e religião como instâncias sociais, ainda que sejam dimensões diferentes, é possível perceber como elas podem frequentemente se cruzarem na produção de sentidos, normas e moralidades. Diante desse contexto, ao trazermos para diálogo a sexualidade, Foucault (1976, p. 21-27) aponta como o discurso seria o “fio condutor” que circunscreve e engendra as normas acerca da sexualidade de acordo com a concepção de cada cultura acerca dessas “instâncias sociais”. Carrara (2015) ao revisar o dispositivo da sexualidade proposto por Foucault (1976) em meio as discussões acerca das políticas sexuais e a noção de direitos trazidas no capítulo 1, situa a emergência do controle do discurso sobre o sexo e conseqüentemente a sexualidade, atrelados ao escopo de conhecimento biomédico, mas também as moralidades religiosas, sobretudo as judaico-cristãs. Também julgo relevante dizer que essas duas concepções²⁸ (a biomédica e a religiosa) hora se aproximem, mas na maior parte do tempo conforme a história avança, também se distanciam.

Desta forma, ao utilizar como fio condutor as reflexões teóricas acima, é possível dizer que a ideia de uma “família” nuclear heterossexual é um *discurso* (e que suas repercussões práticas a partir das normatizações e da moralidade) são ainda mais enrijecidas pelas experiências religiosas trazidas pelas entrevistadas de P5 (Silva, 2015). Na prática, a maneira como isto se manifestou de acordo com as narrativas, estava relacionada com a pressão em ser feminina, aprender a ser uma boa cuidadora (da casa e da família), casar, ter filhos e como um espécie de “cola” aglutinando todos esses pontos, desejar afetiva, romântica e/ou sexualmente um homem. A mínima desconfiança de uma recusa em atender estes padrões ou até mesmo a recusa concreta a partir da revelação ou descobrimento de uma sexualidade tida como “desviante”, é passível dos mais diversos tipos de violência, desde a psicológica até as físicas, as privações/negligências ou estupros.

Para chegar então até meu argumento final sobre este tópico, relaciono as reflexões teóricas trazidas acima com o conteúdo analisado advindo da revisão integrativa e também me apoio na definição de violência de gênero trazida por Araújo (2023) para dizer que a violência sofrida por lésbicas no âmbito familiar, mas não se restringindo a ele, é também violência de

²⁸ Destaco aqui que falar sobre a “história da sexualidade” é um assunto extenso em demasia e o meu objetivo neste ponto do trabalho não é me estender demais nele. No entanto, a partir do compromisso de não naturalizar essa trajetória, destaco que de acordo com Foucault (1976) e também Carrara (2015), a forma de cooptar o discurso sobre o sexo e a sexualidade aparecem ao longo da história muitas vezes de maneiras até antagônicas. A semelhança que é possível apontar, de modo bem enxuto, é que ambas tinham por objetivo ter controle sobre o sexo e a sexualidade a partir do discurso. Porém, ao longo da história, isso parece ser feito de maneiras muito diferentes. Na religião, esse discurso é concebido a partir da ideia de *carne*, pecado e sacrilégio. Já nos âmbitos biomédicos, esse caminho parece ter sido e ainda estar sendo traçado, em alguma medida, a partir de uma dita “racionalidade”, tangenciando num movimento também constitutivo, moralidades e políticas específicas (CARRARA, 2015, p. 326-327).

gênero. E sim, eu sei que falar isto seria mais do mesmo em relação ao que muitos outros autores (Borillo, 2010; Peres, Soares e Dias, 2018; Feiten e Irineu, 2021) já disseram sobre o assunto: a dupla dimensão da violência contra a dissidência sexual e contra o gênero. Mas ao chegar nessa mesma conclusão, continuo e nesse sentido, resgato então a ideia da *heterossexualidade compulsória* para pensa-la como textura da violência de gênero específica que incide sobre lésbicas.

A *heterossexualidade compulsória* enquanto conceito foi proposta inicialmente por Rich (1980) como uma espécie de regime de exploração feminino que, juntamente a maternidade, retira a autonomia da mulher em relação ao seu corpo e, forçadamente, a insere num modelo nuclear, monogâmico e heterossexual de família. Nessa inserção, o “papal” ou dito “destino natural” da mulher é restrito a ser esposa, mãe e cuidadora. E quando digo uso a palavra “restrito” é no sentido literal, pois ao mesmo tempo que estes papéis são forçadamente impostos a mulher, eles também dão contornos ao que, supostamente, deveria ser uma mulher. Ou seja, subverter a ocupação destes papéis é moralmente delegado a um lugar de “não ser mulher de verdade”.

Ainda neste contexto, Wittig (2003), que é também uma influência relevante quanto as conceituações da *heterossexualidade compulsória* como categoria analítica, apoiada nas conceituações de Rich (1980), avança um pouco mais apontando que a heterossexualidade é, em si mesma, um regime político de subalternização das mulheres num geral, mas também de todos aqueles que de alguma forma não corresponderiam a norma. Dentro desta mesma temática, outras autoras como Falquet (2012) avançam com a discussão do conceito de *heterossexualidade compulsória* como um dos alicerces, senão o principal, ou seja, uma das “raízes”, que sustentariam o modelo de opressão sexo/gênero que dá origem ao modelo de família nuclear heterossexual, monogâmica, branca e burguesa.

Retornando ao meu argumento e explicitando o que ele tem, então, a ver com toda essa discussão, me apoio novamente em Lenoir (1996). Explorar e analisar um problema sociológico não necessariamente consiste em “buscar” as raízes do mesmo ou até mesmo propor intervenções ou soluções para possíveis problemas sociais. E sim, como já dito em outros momentos desta dissertação, analisar a forma como os problemas sociais emergem como tal, como e por quem os contornos são traçados, quais dinâmicas ele abala ou fomenta. E nesse sentido, pensar a *heterossexualidade compulsória* hoje, diante do material analisado por mim, é fazer um movimento parcialmente oposto ao proposto Wittig (2003) e Falquet (2012).

Meu ponto de discordância em relação as autoras citadas acima não são sobre as conceituações da heterossexualidade compulsória como regime de dominação, mas sim a ideia

de que há uma “raiz” na violência sofrida por mulheres de maneira geral, sobretudo no que tange à violência de gênero. Nesse sentido, concluo o argumento dizendo que, se tratando das referências teóricas usadas por mim neste trabalho e também do material que analisei, a *heterossexualidade compulsória* aparece não como a “raiz”, mas como uma textura a mais presente na vivência de mulheres lésbicas quanto a violência de gênero sofrida. Inclusive, pensar a *heterossexualidade compulsória* como a “raiz” da violência contra lésbicas pode cunhar um movimento de apagamento da incidência de outras texturas advindas de outros marcadores sociais da diferença, como por exemplo a classe e a dimensão racializada.

Para exemplificar o meu raciocínio acima, trago P7 (Fébole, 2017) para o diálogo. Neste trabalho, a autora tem por objetivo analisar a produção de violências na relação de cuidado em saúde da população LGBTQIA+ no SUS. É um trabalho de cunho qualitativo e são realizadas entrevistas com sujeitos que compõem este grupo. Por um lado, é possível ver a incidência da *heterossexualidade compulsória* enquanto textura da violência sofrida por lésbicas na acessibilidade a estes serviços de saúde. As entrevistadas narram o preconceito e a discriminação ao revelarem sua sexualidade, acompanhada de desinformação por parte dos profissionais e também uma frequente sensação de constrangimento. Há equívocos narrados pelas sujeitas quanto a desinformação dos profissionais em relação a supostamente “lésbicas não pegarem ISTs” ou até mesmo uma menor necessidade de realização dos exames de mamas e preventivo (Papanicolau).

Nesse sentido, se a *heterossexualidade compulsória* seria uma das “raízes” da violência de gênero e em particular, a violência contra mulher, o coerente desta linha de raciocínio seria que, tratando-se do âmbito da saúde que é o assunto aqui posto, mulheres heterossexuais sofreriam menos violência por não subverterem uma norma sexual. O que não se configura como uma verdade, sobretudo se considerarmos os avanços das discussões sobre direitos reprodutivos e sexuais. A emergência e o crescimento das produções sobre a violência obstétrica é também um exemplo disto. Podemos dizer que nem toda pessoa que engravida se identifica como do gênero feminino ou é heterossexual, no entanto, a violência obstétrica e a violência de gênero vem sendo relacionadas por alguns autores (Diniz e D Oliveira, 1998; Santos, 2016). Nesse ponto, argumento que aquelas mulheres que assim se identificam e são heterossexuais não estão menos expostas e passíveis de sofrerem violência obstétrica, por exemplo. Revelando que, quando o assunto é violência de gênero, pensar a *heterossexualidade compulsória* como raiz e não como textura fragmenta e reduz a possibilidade de compreensão de um fenômeno.

Para concluir, aponto que a reflexão acerca da *heterossexualidade compulsória* como o cerne da opressão contra mulher, sobretudo em relação a mulher lésbica, proposta por Wittig

(2003) revela certa homogeneização acerca da “categoria” mulher. Ainda que as conceituações de *heterossexualidade compulsória* façam sentido no diálogo teórico desta dissertação e também dos resultados da minha pesquisa, não julgo ser possível afirmar que a heterossexualidade compulsória é o “cerne” ou “raiz” da opressão contra mulheres num geral e lésbicas em particular. Mas notadamente, a *heterossexualidade compulsória* pode ser vislumbrada a partir de um modelo de opressão que atravessa a constituição e experiências de mundo destas sujeitas. Por isto proponho pensar a *heterossexualidade compulsória* como textura(s) da violência contra mulher num geral e lésbicas em particular. Logo, a maneira como mulheres num geral são atravessadas por essa textura varia de acordo com outros marcadores sociais da diferença, inclusive a orientação sexual. Mas não necessariamente é o “cerne” da violência, sobretudo ao considerarmos a articulação destes outros marcadores sociais da diferença.

3.4 Entre manejos e reações: a invisibilidade lésbica e o agenciamento

Este tópico tem por objetivo discutir se houveram ou não manejos e reações por parte de lésbicas frente a violência sofrida. Inclusive quando o manejo da violência, a depender do ponto de vista, parece uma não-ação, como poderia ser o caso da invisibilidade, assunto frequentemente mobilizado quando o tema é violência contra lésbicas. Também pretendo discutir esses resultados tendo como fio condutor o conceito de agência, proposto por Mahmood (2019). Para tanto, situo a possibilidade de perceber como agência alguns manejos e reações em diálogo com a desnaturalização da ideia de “tempo” e “espaço” proposta por Halberstam (2005) e os estudos *queer* pós modernos.

Tratando-se dos achados da minha pesquisa, ainda que as produções selecionadas versassem sobre a violência contra lésbica, nem todos tinham o objetivo em comum com o meu: analisar as estratégias de reação e manejo frente a violência. Logo, a minha proposta é fazer a “integração” da minha revisão, como uma espécie de costura dos pontos semelhantes e também divergentes acerca da forma como o ponto específico que quero analisar apareceu. Considerando suas circunstâncias e contextos, mas também as limitações teóricas e metodológicas das produções analisadas em si.

As produções em que não foi possível encontrar conteúdo para análise do meu objetivo neste tópico foram: P1 (Silva Junior, 2011), P3 (Avelar, 2014) e P4 (Oliveira, 2014). A dificuldade em trazer P1 e P3 para esta discussão está relacionada a proposta metodológica das

produções em si: analisar a violência sofrida por LGBTQIA+ do ponto de vista da especificidade da violência “em si mesma” e não “em relação”, a partir de abordagens mais quantitativas. Enquanto que em P4, a investigação se apoia na análise das Políticas de Segurança Pública frente a violência contra LGBTQIA+. Isto é, sobretudo em relação a P4, a investigação do tema vai num sentido oposto ao meu objetivo aqui: enquanto meu olhar recai sobre os manejos e reações das lésbicas frente a violência, em P4 a investigação se dá a partir da dinâmica das arenas estatais diante do mesmo problema.

Mas quando o assunto são as produções em que a “costura” foi possível, ou seja, P2 (Balthazar, 2012), P5 (Silva, 2015), P6 (Melo, 2016), P7 (Fébole, 2017), P8 (Oliveira, 2017), P9 (Faria, 2018), P10 (Motter, 2018) dois temas emergiram com centralidade tratando-se de manejos e reações de lésbicas frente a violência, foram eles: 1) formas de manejo para lidar com a violência a partir da busca por grupos de amigos ou grupos LGBTQIA+ como forma tanto de suporte, como também de identificação ; 2) a outra é uma espécie de “ação propositalmente não-ativa”²⁹ na tentativa de esconder ou visibilizar o mínimo necessário suas sexualidades, considerando que a visibilização, como já discutido no tópico anterior, pode ser um agravante para violências já sofridas e/ou terreno fértil para que elas apareçam. Resumidamente, o meu argumento sobre este segundo tema que cito é a possibilidade de pensar na “invisibilidade” como uma “ação propositalmente não-ativa” que circunscrevem as dinâmicas frente a violência nos trabalhos analisados por mim.

Mas para pensar sobre os dois temas trazidos acima (a invisibilidade e também as redes de suporte como as principais estratégias de manejo e reação) é preciso situar a “revelação” da sexualidade como algo que notadamente nos trabalhos analisados, é fonte de angústias diversas. Nesse contexto, aciono a metáfora do *armário*, trazida por Sedgwick (1970). A autora utiliza o *armário* como metáfora e em relação a homossexualidade ele funcionaria como uma espécie de dispositivo de controle e regulação da vida dos sujeitos nas esferas públicas e privadas. O armário é uma referência a sexualidade, e “abrir” o armário, ou seja, revelar sua sexualidade para alguém ou assumi-la publicamente, não faz com que este dispositivo de controle desapareça. O efeito da “revelação do segredo” quanto a sexualidade tem o efeito oposto do esperado quanto a qualquer tipo de liberdade. Para Sedgwick (1970, p. 21) a abertura do armário

²⁹ O termo “ação propositalmente não-ativa” foi pensando por mim e é utilizado como forma de nomear atos em que mulheres lésbicas parecem “manejar” a violência a partir de uma postura que não necessariamente é ativa, mas também não é completamente passiva. Esse termo foi útil para pensar a forma como lésbicas visibilizam ou não sua sexualidade na tentativa de minimizar a incidência da violência, por exemplo.

atesta sua “recuperação fantasmática”. Isto é, abrir o armário não implica em liberdade, mas sim numa existência sob os signos estigmatizantes deste armário.

Nesse sentido, a metáfora do armário tangencia e atravessa, mas também tensiona potências de construção ou dissoluções de fronteiras ou limites dos sujeitos em relação ao mundo. Por um lado, a ideia da metáfora do armário tangenciando e atravessando os sujeitos é alicerçada no pressuposto de que qualquer manejo ou reação de lésbicas frente a violência, em diferentes medidas, é contornada pela angústia de revelação ou não do “segredo” da sexualidade. Por outro, a construção ou dissolução de fronteiras ou limites diz respeito a dinâmica de cada sujeito de atuar (ou não) no mundo a partir de novos ou antigos vínculos, identificações e ocupações do espaço a partir do próprio corpo e sexualidade, em relação a revelar ou não o “segredo”. Conseqüentemente, se a resposta é “sim” ou “não”, assim como as diversas gradações que podem existir entre um sim e não concretos, frente a visibilização da sexualidade o sujeito se insere e é inserido em uma dinâmica também muito diversa acerca das possibilidades desta “revelação” no mundo.

Ainda que possam existir muitas possibilidades frente ao sujeito diante do dispositivo do armário, Sedgwick (1970) ao tratar a revelação do segredo como algo que atesta sua recuperação fantasmática, retoma a ideia de que mesmo com as muitas possibilidades frente ao *armário*, nenhuma delas é, de fato, libertadora. E mais a frente neste tópico avanço para inferir não exatamente em um “porquê” disto, mas abrir possibilidades de interpretar como isto ocorre. Mas antes, julgo importante trazer como essa dinâmica teórica discutida até agora dialoga como meus achados.

Em P2 (Balthazar, 2012) o trabalho se apoia na tentativa de investigação do *silêncio* frente a violência. A autora (Balthazar, 2012) aponta o aparecimento deste nas narrativas dos entrevistados para situar aquilo que é da ordem do “indizível”, tanto em termos de violências sofridas por agentes e estruturas externas, como “internamente” a partir do reconhecimento de si mesmo num mundo em que não existe espaço para esse “si mesmo” emergir e manifestar seus desejos. O argumento de Balthazar (2012) é que existe algo sobre o *silêncio* que é da ordem do incompreensível a partir de palavras e das estruturas que conhecemos na tentativa de investigar a violência que sujeitos LGBTQIA+ sofrem em relação ao mundo, como também na violência que sofrem ao perceberem eles mesmos (e o que quer que isso queira dizer para cada sujeito) frente ao mundo. Nesse caso, um mundo onde parece não ser possível caber ou se

encaixar de nenhuma forma. Por esta razão, Balthazar (2012) se apoia em Mason (2002) para pensar o conceito de “mapas de segurança”³⁰.

Em diálogo com as investigações do silêncio trazidas em P2 por Balthazar (2012) e a noção de “mapas de segurança” proposto por Mason (2002), em P5 (Silva, 2015) a autora aponta o contexto das reações e manejos de lésbicas frente a violência como “manobras”. Pensar em “manobras” está diretamente relacionado a maneira como lésbicas visibilizam ou não sua sexualidade no mundo com objetivo de tentar não sofrer violências ou pelo menos diminuir-las. Silva (2015) também defende o uso de “manobra” como uma forma de agência³¹ utilizando o termo como forma de situar uma reação não passiva frente ao binômio interpretativo das relações de dominação/subordinação. Para a autora (Silva, 2015), “manobrar as coisas” também teria a ver com uma forma de resistência a dominação de uma sociedade heteronormativa. Ainda que Silva (2015) situe o conceito de agência no núcleo do binômio dominação/subordinação e resistência, diferentemente da proposta de Mahmood (2019) ao pensar agência, notadamente há na análise da autora a ideia de não visibilizar algo com um objetivo específico e como uma dinâmica, em partes, ativa frente a violência.

Além disto, em P5 (Silva, 2015) e P6 (Melo, 2016) aparece a dinâmica religiosa como uma outra textura na maneira como a violência contra lésbicas é percebida, vivida e narrada. Enquanto Silva (2015) dedica parte de sua dissertação ao contexto específico das narrativas de lésbicas frente a violência no âmbito religioso, Melo (2016) indica que mesmo que a religiosidade não estivesse presente no roteiro original das entrevistas, o assunto apareceu com alguma frequência na fala das entrevistadas. Este ponto remonta as discussões trazidas no tópico anterior, mas aqui também aparece como uma textura específica que dificulta, confunde ou impossibilita tanto a “visibilização” da sexualidade, como também a própria identificação desses sujeitos em relação a si mesmo no mundo. Melo (2016) aponta que uma das coisas que mais chama atenção em sua análise é a maneira como o sentimento de “nojo” direcionado a si mesma apareceu na narrativa de lésbicas. Nesse sentido, aponto que estas são uma das bases para a minha reflexão sobre qual lugar no mundo, dentro de uma lógica sustentada por espaço e tempo, há para lésbicas?

³⁰ Mason (2002) propõe a ideia de “mapas de segurança” onde o sujeito, frente a possibilidade de sofrer violência devido a orientação sexual ou por já ter sofrido, acabam buscando informações e estratégias para estar no mundo com objetivo de afastar ou minimizar o quanto for possível, a possibilidade de violências. Isso inclui avaliar constantemente os locais que podem ser mais ou menos perigosos de se circular, horários, assim como a aproximação ou o afastamento de grupos que ofereçam risco em potencial.

³¹ Agência é o termo que a autora usa, apoiada em Ortnier (2007), mas o conceito em si de agência é pouco explorado.

Avançando nas análises e não perdendo de vista a pergunta anterior, em P7 (Fébole, 2017) a análise recai sobre a produção de violência(s) nas relações de cuidado estabelecidas com a comunidade LGBTQIA+ no SUS. Fébole (2017) é cuidadosa em seu trabalho ao buscar analisar de forma esmiuçada os atravessamentos violentos em relação a “cada” um dos segmentos que compõe a sigla LGBTQIA+ desnudando especificidades nestas dinâmicas. A autora (Fébole, 2017) aponta que os modelos de atenção e cuidado em saúde estão ainda muito engendrados a uma lógica binária de gênero e também heteronormativa. E tratando-se especificamente do SUS, o advento do HIV/AIDS propiciou uma massiva visibilização do contexto da saúde em relação a gays e pessoas trans enquanto que para lésbicas ainda paira muita invisibilidade no que tange as possibilidades de acolhimento e cuidado (promoção, prevenção e recuperação de saúde).

No entremeio das relações de cuidado em saúde a autora de P7 (Fébole, 2017) aponta que um dos primeiros impasses relativo a mulheres lésbicas é a suposição por parte dos profissionais da saúde de uma heterossexualidade, refletida em práticas de cuidado que supõem relações de penetração e preocupações acerca da possibilidade de gravidez³². E mais do que isso, Fébole (2017) também conclui que mesmo quando lésbicas revelam sua sexualidade são por muitas vezes ignoradas em relação a isto e as mesmas práticas de “cuidado” são seguidas de modo protocolar e homogeneizante. A autora (Fébole, 2017), a partir de um jogo de palavras, nomeia isto como um “desfoque” em relação à revelação da sexualidade e a necessidade da construção de dinâmicas de cuidado específicas que levem em conta estas realidades. Nesse ponto, é possível situar um, dentre muitos, espaços em que a lésbica “não cabe”, mesmo a partir da revelação da sua sexualidade. Para pessoas LGBTQIA+ e sobretudo para lésbicas, que é o meu foco aqui, o tempo e o espaço em que suas existências “cabem” podem ser pensados a partir de um não-lugar? Ou então, será que, em alguma medida, a própria ideia de “tempo” e “espaço” (Halberstam, 2005) estão em demasia naturalizadas em si mesmas, construídas e construindo vivências a partir de uma norma acerca de como se deve viver, ser e desejar?

Instigada pelos questionamentos que fiz a mim mesma nos parágrafos anteriores, trago para o diálogo P8 (Oliveira, 2017) e P9 (Faria, 2018) em que ambos têm em comum reflexões acerca da variação do tipo de violência sofrida, mas também da estratégia de reação suscitada

³² Em P7, Fébole (2017) traz relatos de lésbicas que se sentem constrangidas frente a revelação da sua sexualidade em consultas ginecológicas, assim como o despreparo de profissionais que ao seu deparar com uma sexualidade não normativa, quando não agem a partir do menosprezo frente a informação, tecem comentários e perguntas ainda mais constrangedoras e invasivas. Também é relatado uma baixa preocupação, se comparado a gays e trans, frente ao contágio por ISTs. Além disto, há também a prescrição de exames que, em geral, são realizados a partir do pressuposto do sujeito já ter tido sexo, e o fez com penetração, como o transvaginal e a Papanicolau.

entre os membros da comunidade LGBTQIA+. Como aponta Oliveira (2017), autora de P8, e já discutido no tópico anterior, uma das principais variações em relação a violência sofrida por gays e lésbicas tem a ver tanto com o tipo de violência como também com o “lugar” em que ocorrem. Ainda que haja diferença, há também semelhanças entre aqueles que compõe a comunidade LGBTQIA+: o gatilho capaz de disparar a violência é o tensionamento dos contornos a um modelo hegemônico de ser, viver e desejar que tem como base a concepção da família nuclear heterossexual, branca e burguesa. Faria (2018) em P9 reflete acerca do ponto que debato agora: “a luta é coletiva, mas a resistência é individual?” questionamento que inclusive se encontra presente no título do trabalho. Concordo com o autor (Faria, 2018) que não existe uma resposta fácil e concreta para esta questão. Por um lado, existe algo em comum nas lutas dos sujeitos que tem suas existências situadas não somente a margem, mas também “externas”, a um modelo normativo de gênero e sexualidade. Por outro, também existem especificidades na maneira como cada sujeito, sejam eles de diferentes “letras” na sigla LGBTQIA+ como também entre os diferentes sujeitos com atravessamentos diversos de outros marcadores sociais da diferença que possam circunscreverem a mesma “letra” no todo LGBTQIA+, constrói formas de habitar as margens e o “externo” dos modelos normativos.

Nesse sentido, o meu argumento é que para pensar o que “une” a vivência de pessoas LGBTQIA+ frente não apenas a violência, mas aos seus modos de viver como um todo, se faz necessário questionar conceitos como “tempo” e “espaço” como algo natural (Halberstam, 2005). A distorção acerca da percepção do tempo e espaço como algo que é construído e ao mesmo tempo constrói modos de ser e estar no mundo, fornece pistas a respeito dos questionamentos que faço ao longo deste tópico. Se tivermos como referência a ideia de tempo e espaço que nasce apoiada no modelo família tradicional heterossexual, branca e burguesa, de fato, não há espaço para pessoas LGBTQIA+ “cabem” ou se “encaixarem”. Além disto, mas ainda dialogando com a ideia de um conceito para além do que ele possa ser “em si mesmo”, também proponho pensar formas específicas de “habitar o externo” tratando-se de lésbicas, como disse no último parágrafo, em que a invisibilidade pode ser pensada como uma “ação propositalmente não-ativa”³³.

Para tanto, proponho pensar os questionamentos que fiz ao longo do tópico acerca de algo que, inicialmente, parece ser um “não lugar” quando o assunto são lésbicas a partir das

³³ O termo “ação propositalmente não-ativa” foi pensando por mim e é utilizado como forma de nomear atos em que mulheres lésbicas parecem “manejar” a violência a partir de uma postura que não necessariamente é ativa, mas também não é completamente passiva. Esse termo foi útil para pensar a forma como lésbicas visibilizam ou não sua sexualidade na tentativa de minimizar a incidência da violência, por exemplo.

teorizações pós modernas de “tempo e espaço *queer*” (Halberstam, 2005). E ao desnaturalizar conceitos de tempo e espaço é possível também pressupor que em alguma medida existe algo para além do binômio dominação/subordinação cuja a (tentativa de) saída mais usual é acionada a partir da resistência e oposição, de acordo ideários ocidentais modernos e liberais de liberdade e autonomia. Nesse sentido, relaciono a “ação propositalmente não-ativa”³⁴ que cito algumas vezes acima, como um tipo de agência apoiada na conceituação do termo trazida por Mahmood (2019).

Os questionamentos que teci ao longo do tópico se relacionam com um estranhamento sentido por mim frente ao conteúdo analisado. Quando o assunto é violência contra lésbicas parece que não importa o que se faça, visibilizar ou não, estar nesse ou naquele grupo, ter ou não ter religião, a sensação que fica é da inexistência de um espaço no mundo para estas mulheres “serem” porque a ideia de “ser” já parte de uma contravenção daquilo que se espera socialmente. Inicialmente, tendi a interpretar esse estranhamento como um “não-lugar”, que em partes, é verdadeiro. No entanto, a ideia de “não-lugar” só faz sentido a partir da própria naturalização do espaço e do tempo como conceitos que existem por si mesmos, sobretudo a partir da lógica das normativas. Halberstam (2005) propõe pensar a existência de um “tempo *queer*” e um “espaço *queer*” que se desenrola, em partes, a partir da oposição das normas alicerçadas em instituições como família, heterossexualidade e reprodução.

Nesse sentido, a forma mais didática que consigo externalizar a minha interpretação de tempo e espaço *queer*³⁵ é a partir de uma lógica de oposição ao tempo e espaço como conceitos naturais e apoiados na dinâmica das normativas. Porém, na prática não há oposição em termos de sobreposição ou de que apenas um vá ser “verdadeiro” no que tange a materialidade em detrimento do outro. Eles podem e no geral acontecem simultâneos e se diferenciam a partir da própria existência e ação no mundo dos sujeitos que, de alguma forma, o encarnam. De acordo com Halberstam (2005, p. 286), acionar a ideia de tempo *queer* elucidada “*como noções de respeitabilidade e normalidade só podem ser sustentadas por uma lógica temporal reprodutiva de classe média*”³⁶.

O trabalho de Halberstam (2005) é precioso e extenso ao colocar diversos autores (Foucault, Harvey, Doty, Pile, Barber, Clark, Delany e outros) em diálogo acerca das concepções de tempo e espaço no pós-modernismo. A partir dessas interlocuções é possível

³⁴ Explicação do termo na nota de número 33, p. 76.

³⁵ O autor utiliza o termo *queer* para se referir a organizações não normativas e abrir possibilidades de pensar o corpo frente ao contexto, as identidades sexuais e a dinâmica destes elementos no espaço e no tempo.

³⁶ Tradução do primeiro capítulo do livro *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. Gusmão et al, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/52559>

perceber a ideia de tempo e espaço *queer* sendo descritos, produzidos e experienciados (mas não necessariamente nesta ordem), muito mais do que definidos rigidamente. A noção de tempo/espaço a partir das normativas aparece tanto pelo próprio ideal da família nuclear, mas também tem seus alicerces em aspectos essencialistas e biologizantes. Há um “tempo biológico” para nascer, crescer, ter filhos, envelhecer³⁷ e também existem “lugares” onde isto deveria ocorrer, em casa, na escola, no trabalho. Além do “relógio biológico” pensar na existência de um relógio que mensura as horas, é uma das grandes materializações desta dinâmica. Saber “que horas são” é um norte fundamental na compreensão de como o tempo/espaço são construções e não conceitos por si mesmos. É preciso saber que horas são para acordar para ir trabalhar, ir à escola, buscar os filhos, cumprir compromissos religiosos. O tempo poderia ser comparado a uma espécie de bússola moral de “quando”, como e onde se situar no mundo, marcando esta fronteira/limite do tempo e espaço. Isto é, dentro das lógicas normativas.

Ao falarmos do tempo e espaço *queer* (Halberstam, 2005) o autor especula que a distorção de tempo, se comparado ao “tempo normativo”, emerge numa espécie de atropelo em relação a sua própria continuidade frente a epidemia da HIV/AIDS. Nesse sentido, o tempo *queer* pode ser vislumbrado a partir de uma expectativa de futuro que se esfacela, dando ênfase no presente e na urgência de ser. Seguindo esta linha, o autor aponta para a delimitação de espaços/locais em que se possa viver essa urgência de ser, que traz em si a ameaça de aniquilação, mas também a potencialidade de uma vida fora das normas do relógio que mensura as horas e também coisas outras. Diante dessas explanações Halberstam (2005) aponta para o aparecimento das subculturas *queer* na produção de temporalidades alternativas e também lugares/espaços em que este tempo se materializa.

O conteúdo do trabalho de Halberstam (2005) é realmente muito denso e vasto e digo isto como forma de provocação ao leitor, mas a mim mesma também, para a retorno nas investigações do autor em prol de trabalhos que dialoguem com as ideias propostas. Mas me atenho ao que discuti até aqui para apontar o quanto pensar em tempo e espaço *queer* foram valiosos para minha pesquisa. Pois a sensação de estranhamento que relato alguns parágrafos atrás, a ideia do “não caber” e do “não lugar” parecem estar relacionados com a própria forma como a vivência de pessoas LGBTQIA+, se pensadas do ponto de vista *queer*, vivem um “tempo outro” se comparado ao tempo normativo. E mais do que isso, buscam “espaços outros” para a manifestação da urgência de seu próprio, mas em muitas partes também compartilhado,

³⁷ Halberstam também investiga este aspecto geracional relacionando a ideia de herança, produção de riquezas, bens e moral passados a partir dos laços familiares.

tempo *queer*. E essa temática em relação à minha pesquisa parece se expressar a partir dos manejos e reações no sentido da busca e até mesmo constituição de grupos de suporte de lésbicas frente a violência vivida. Enquanto a sensação de estranhamento, de não caber nunca, não se encaixar independente de revelar ou não a sexualidade, poderia ser compreendida como uma espécie de *anacronismo* diante do tempo normativo.

Ao pensarmos na ideia de *anacronismo* para situar a vivência lésbica em meio ao tempo/espço, em alguma medida, pressuponho que as formas de reação e manejo também não seguiriam linearidades. É nesse contexto que compreendo na minha pesquisa a invisibilidade como agência, a partir das proposições do conceito tecidas por Mahmood (2019).

O conceito de agência é revisado e adensado teoricamente por Mahmood (2019) para pensar o contexto do movimento feminino das mesquitas, que faz parte do revivalismo Islâmico no Cairo, Egito. Este movimento feminino nas mesquitas tem por objetivo reunir mulheres para o estudo e aprendizado mútuos acerca dos costumes, normas sociais e escrituras islâmicas. A questão norteadora para a autora é refletir como é possível pensar em agenciamento se o movimento das mesquitas em muitas medidas reforçaria valores que, do ponto de vista ocidental em relação a liberdade e autonomia, perpetuam uma tradição discursiva da mulher em posição de subalternidade/submissão.

Para autora (Mahmood, 2019) um dos principais impasses acerca das reflexões sobre agência está relacionada a interpretação do conceito alicerçada no binarismo das relações de resistência e subordinação. Inspirada em Butler (1993; 2001) que por sua vez se apoia no pensamento Foucaultiano, Mahmood (2019) argumenta que o poder não poderia ser compreendido somente a partir da lógica da dominação. Isto é, o poder não se resumiria a algo atribuído ou retirado de sujeitos ou agentes de maneira intencional e racional em sua execução. O poder também é compreendido dentro de uma relação de forças e estratégias acerca de formas de desejo, objetos, relações e discursos. E seguindo esta linha de raciocínio, nos deparamos com o paradoxo da subjetivação sinalizado por Foucault. Implicando dizer que os processos de subordinação e as condições em que ocorrem, são também terreno em que a identidade e a agência autoconsciente se configuram.

Além disso, Mahmood (2019) apoiada em Butler (1993) também se oporia ao “modelo de agência emancipatória” que preconiza a ideia de que todo ser humano estaria ligado a características como *vontade, liberdade e intencionalidade* cuja ação se frustra pelo domínio externo das relações de poder e dominação. Nesse sentido, Butler (1993) situa a possibilidade de agência “dentro” dessa dinâmica de poder e dominação. E Mahmood (2019, p. 10) vai um pouco mais além ao pensar o sujeito frente as normas, afirmando que: “*as normas não são*

apenas consolidadas e/ou subvertidas, mas também performadas, habitadas e experienciadas de várias maneiras”. Nesse sentido, é possível pensar agência não como uma forma de subverter a norma necessariamente, mas de habitá-la de variadas formas, tornando-se agente sem que isto necessariamente signifique uma “oposição” direta.

É a partir desta argumentação sobre agência que julgo fazer sentido pensar a invisibilidade lésbica. Notadamente ao longo deste e dos últimos tópicos ficou elucidado que a visibilidade é terreno espinhoso para muitas lésbicas e que, visibilizar a sexualidade não é garantia de não sofrer ou sofrer menos violências, pelo contrário. Mas também não parece fazer sentido pensar na invisibilidade lésbica como algo que “recai” sobre elas, a partir de uma ideia de passividade.

Entretanto, julgo relevante explicitar também que defendo a ideia da invisibilidade lésbica como um fenômeno complexo, que por um lado aparece como consequência de uma desvalorização/menosprezo da sexualidade feminina por subverter a matriz heteronormativa. Mas por outro, é acionada como forma de agência aos termos de Mahmood (2019) por lésbicas como manejo e reação frente a violência.

E quando o assunto é violência contra lésbicas, agenciamento e formas de habitar o mundo para além das lógicas normativas, trago para o diálogo P10 (Motter, 2018). Se por um lado, a partir da minha pesquisa, é possível dizer que para lésbicas a invisibilidade aparece em alguns momentos como forma de agência, por outro a pesquisa de Motter (2018) desnuda outras possibilidades de habitar a norma: a partir do testemunho.

Diferentemente de todas as outras produções aqui analisadas, em P10 a autora segue o caminho oposto em relação a visibilização da violência acerca do seu conteúdo. A proposta é narrar não a violência em si, mas a forma como estas mulheres vivenciaram o fenômeno. A autora (Motter, 2018, p. 80) faz *“um giro do próprio dispositivo de violência, que é a linguagem, e que se torna, aqui, uma forma de resistência”* a partir do testemunho de três mulheres lésbicas frente a violência sofrida nas redes sociais.

Além disto, P10 (Motter, 2018) demonstra como a violência contra lésbicas possui diversas texturas e profundidades ao trazer para o diálogo outros marcadores sociais da diferença, como por exemplo a dimensão racializada. Motter (2018), apoiada em Haraway (1995) e em Oyewumi (2017), aponta que somente é possível se questionar “quem se é socialmente” quando seu corpo é compreendido como um corpo que “pode” viver. Este ponto da autora em alguma medida dialoga com as proposições de tempo e espaço *queer* (Halberstam, 2005) a partir da ideia de um “tempo” relativo para os sujeitos que é abreviado e ameaçado em si mesmo pelas estruturas da norma, mas ainda sim, esta proposição parece não alcançar

plenamente a profundidade da dimensão racializada. O argumento de Motter (2018) me suscitou reflexões sobre aos escritos de Mbembe (2016, p. 123) em relação a necropolítica em que o autor afirma que: “*a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer*”.

Considero oportuno dizer que ainda que seja possível pensar em contextos de sofrimento, vulnerabilidade social, violência e ameaças a vida relacionadas a lésbicas em específico e LGBTQIA+ num geral, esse cenário para uma pessoa branca possui dimensões outras se comparado a uma pessoa racializada. Ao trazermos para o debate as dinâmicas sociais que incidem sobre a “vida”, como aponta Mbembe (2016), se faz necessário lembrar que o “direito” de ter uma vida, é reservado a um grupo específico de pessoas dentro da sociedade. Quando colocamos em debate conceitos de “vida” e “morte” nestes termos, o autor (Mbembe, 2016) aponta que há a delimitação entre o “nós” *versus* “os outros”. Esses “outros” não delimitam apenas diferenças entre grupos, mas se tornam um inimigo em potencial que deve ser exterminado. O outro é aquele com quem não se pode estabelecer a paz, onde não se cabem as leis e sim o contínuo *estado de excepcionalidade*.

Para concluir, ressalto que a minha pesquisa tem como lacuna o aprofundamento da dimensão racializada no que tange a violência contra lésbicas. Nesse sentido, acredito que a abordagem dos estudos *queer*, tendo como referência até onde meus estudos sobre o assunto alcançam, possui muitas limitações para a investigação da questão pelos motivos explicitados acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É usual que nesta parte da dissertação se retome os pontos dos capítulos anteriores de forma mais breve. No entanto, considero que a explicação da estrutura deste trabalho já consta na introdução. Nesse sentido, acredito não ser pertinente agora retomar nenhum ponto específico dos capítulos 1 e 2, pois além das explanações contidas na introdução acerca destes capítulos, considero que na escrita dos mesmos, nenhum assunto me parece ter ficado “em aberto” até o momento.

Mas tratando-se do capítulo 3, acredito ser pertinente fazer uma descrição enxuta dos resultados e discussões. Além disso, retomo também a questão da visibilidade de modo a explicar que minha pesquisa, os caminhos teóricos e proposições de análises tem por objetivo pensar “lateralidades” em relação a forma como a visibilidade aparece de modo estratégico para determinados sujeitos e grupos que compõe a comunidade LGBTQIA+, não como oposição ou crítica negativa.

Quando o assunto são os resultados da minha pesquisa descritos de forma mais breve, a violência contra lésbicas aparece nos trabalhos analisados muito relacionada ao âmbito doméstico e a esfera familiar. Além disto, a presença da religião na trajetória de mulheres lésbicas seja em relação a sua própria crença, seja a partir da crença dos familiares, também produz tensionamentos nos “papéis de gênero” e de modo articulado, na heteronormatividade posta frente as sujeitas. O tipo de violência mais descrito foi a física e a psicológica. No entanto, quanto ao tipo de violência, ressalto que a violência sexual ainda é território a ser investigado com cautela, dada as discussões trazidas por mim e a maneira como a utilização do termo *estupro corretivo* apareceu de forma relativamente naturalizada.

Já a *lesbofobia* aparece nos trabalhos analisados para nomear a violência contra lésbicas, mas constantemente “em relação” ao uso do termo homofobia. Na maior parte da vezes, os autores dos trabalhos analisados integram a utilização do termo como categoria analítica útil. Apenas um trabalho apontou para o viés crítico acerca da utilização do termo ao entender a necessidade de utilização do mesmo para sinalizar as diferenças entre os sujeitos frente a violência, mas também ressaltando a necessidade de cautela em relação a naturalização de termos e categorias.

Enquanto que o *lesbocídio*, também por se tratar de um termo relativamente recente, inicialmente mobilizado pelo Dossiê sobre Lesbocídio (Peres, Soares e Dias, 2018) apareceu poucas vezes em minhas análises. Busquei investigar o Dossiê em si em relação ao conteúdo

da minha pesquisa e também sugeri formas em que tanto o *lesbocídio* quanto o *estupro corretivo* poderiam ser investigados a partir de um portal³⁸ governamental on-line que reúne e dissemina informações sobre as denúncias recebidas nos canais disque 100 (Direitos Humanos), Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher) e pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil.

Além disto, ressalto também que a trajetória que sigo acerca das reflexões críticas sobre a visibilidade, não tem como objetivo se opor ou se situarem negativamente em relação as empreitadas da comunidade LGBTQIA+ acerca da questão, sobretudo para pessoas trans, travestis e homens gays. A minha proposição nesta dissertação é pensar outras formas de mulheres lésbicas habitarem aquilo que é normativo, a partir das distorções de tempo e espaço *queer* (Halberstam, 2005). E nesse sentido, “habitar” a norma em relação ao âmbito doméstico e a esfera familiar, como foi minha discussão, mas também como “habitar” a normativa da excessiva visibilidade ou espetacularização (Mason, 2002) da violência como forma de agência (Mahmood, 2010). Esta linha de raciocínio me leva distorcer/ressignificar sentidos acerca da invisibilidade que parece estar relacionada a violência contra lésbicas já há algumas décadas.

³⁸ O portal que me refiro aqui é o: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos>

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. 2018. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EdUERJ.

ARAGUSUKU, H. A. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. *Revista Agenda Política*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 106–130, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2020.1.4. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/310>. Acesso em: 25 nov. 2023.

ARAUJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 out. 2023

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). *Homofobia & educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2010.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010, pp. 99-114.

CARRARA, S., and SAGGESE, G. Masculinidades, violência e homofobia. In: GOMES, R., org. *Saúde do homem em debate* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 201-225. ISBN 978-85-7541-364-7.

CARRARA, S. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil Contemporâneo. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CARRARA, Sergio. MORALIDADES, RACIONALIDADES E POLÍTICAS SEXUAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. *Mana* [Internet]. 2015Aug;21(2):323–45. Available from: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>

CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. In: DOSSIÊ: FEMINISMO EM QUESTÃO, QUESTÕES DO FEMINISMO, cadernos pagu (16) 2001: pp.13-30.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 165-211, 2008.

- DINIZ, Simone Grillo; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Gender violence and reproductive health. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*. Hoboken, v. 63, n. 1, p. 33-42, dez. 1998. Disponível em: <<https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1016/S00207292%2898%2900182-9>>.
- EFREM FILHO, R. (2016). Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos Pagu*, (46), 311–340.
- FACCHINI Regina, DANILIAUSKAS Marcelo, PILON Ana Cláudia .Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de ciências sociais (Fortaleza)*. Fortaleza, CE : Universidade Federal do Ceara/Departamento de Ciências Sociais, 2013..
- FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990 – Rio de Janeiro: Garamond, 2002 (ed. 2005)
- FALQUET, Jules. Rompre le tabou de l'hétérosexualité, en finir avec la différence des sexes: les apports du lesbianisme comme mouvement social et théorie politique. / Trad Renato Aguiar, *Cadernos de Crítica Feminista* Ano VI, N. 5 – dezembro / 2012
- FEITEN, Taise Fernanda; IRINEU, Bruna Andrade. Mapenado a produção brasileira sobre lesbofobia: uma revisão integrativa. *in* Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências - Volume 1 - ebook. Editora Realize ISBN 978-65-86901-34-4, 2021.
- FOUCAULT, Michel, 1976. História da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal.
- HALBERSTAM, J. In a queer time and place: Transgender bodies, subcultural lives. New York and London: New York University Press, 2005.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
- KRUG EG et al., eds. *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization, 2002.
- LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: MERLLIÉ, Dominique. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LEONEL, Vange. Lesbofobia *In* Diversidade sexual e homofobia no Brasil / [organizadores Gustavo Venturi, Vilma Bokany]. – São Paulo : Editora Fundação Perseu. Abramo, 2011.
- LESSA, P. O FEMINISMO-LESBIANO EM MONIQUE WITTIG. *Revista Ártemis*, [S. l.], n. 7, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2154>.
- LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

MAHMOOD, Saba., «Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito», *Etnográfica*, vol. 23 (1) | 2019, 135-175.

MASON, Gail. *The spectacle of violence: homophobia, gender and knowledge*. Australia, Taylor & Francis Group, 1º ed. 2002.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Arte & Ensaios, PPGAV, EBA, UFRJ, n.32, dez. 2016

MENDES KDS, SILVEIRA RC de CP, GALVÃO CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto - enferm* [Internet]. 2008Oct;17(4):758–64. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de: 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. *História, Ciências, Saúde— Manguinhos*, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998.

MINAYO, MCS. *Violência e saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection.

OMS. Organização Mundial de Saúde. *Relatório Mundial de Violência e Saúde*. Genebra: OMS, 2002.

PERES, Milena Cristina Carneiro. SOARES, Suane Felipe. DIAS, Maria Clara Dias. 2018 / Dossiê sobre lesbocídio no Brasil : de 2014 até 2017 – Rio de Janeiro: Livros Ilimitados.

RICH, Adrienne. 1981, *La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne*, 0Nouvelles Questions Féministes, Ed. Tierce, mars , n1, p.15-43

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo*. Recife: Editora SOS Corpo, 1993. Publicação original: 1975

SAFFIOTI, H.I.B. e Almeida, S.S.(1995) *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.

SANTOS, Anna Marcella Mendes dos. *Violência obstétrica: relações entre gênero e poder*. 2016. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=16211>.

SARTI, Cynthia Corpo, *violência e saúde: a produção da vítima*. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.1, p. 89-103, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

SEDGWICK, E. K. *A epistemologia do armário*. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 28, p. 19–54, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644794>. (ed original 1970)

VIEIRA-DA-SILVA, LM. .O campo da saúde coletiva: gênese, transformações e articulações com a reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: .: Editora Fiocruz, /. Salvador: .: EDUFBA, ;2018. .269. p. ISBN. 978-85-232-1788-4

WITTIG, Monique. La pensée straight. Questions Féministes, Paris, n. 7, fev. 1980 (ed. 1993) (ed. 2003)

Apêndice

Quadro 4. Produções selecionadas na revisão integrativa com descrição

Produções Acadêmicas	Título	Autor	Ano	Concentração	Tipo de documento	Descrição
P1	Assassinatos de homossexuais e travestis: estado, sociedade e famílias em face da violência homo(trans)fóbica	Silva Júnior, Enézio de Deus	2011	Ciências Humanas	Dissertação	O trabalho tem como objetivo analisar a triade "Estado, sociedade e famílias" em face dos assassinatos que vitimaram homossexuais (de ambos os sexos) e travestis no município de Feira de Santana-BA entre os anos de 2001 a 2010. Valendo-se de fontes como processos-crime, imprensa local e entrevistas transcritas com dirigentes de delegacias de polícia, tomando algumas áreas como referenciais para a construção do tema-objeto-problema no campo das Ciências Sociais e Humanas, a vertente adotada neste trabalho é de natureza qualitativa e se assenta em quatro eixos: revisão de literatura sobre o tema em questão (parte teórica), levantamento de legislação pertinente à temática (leis, decretos, resoluções, portarias - compondo pesquisa jurídica), realização de entrevistas e análise documental com jornais e processos-crime (pesquisa empírica, ocupando-se de múltiplas representações sociais e esferas envolvidas quando do ato de violência e de desproteção de sujeitos sociais)
P2	O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento	Balthazar, Adriana Maria Shad e	2012	Saúde Coletiva	Dissertação	O trabalho tem como objetivo analisar o lugar do silêncio na narrativa de pessoas que já sofreram violência "homofóbica" e foram acompanhadas por dispositivos públicos de atenção à comunidade "LGBT". Foi realizado um trabalho de campo em dois centros de referência e num dispositivo público de saúde, incluindo entrevistas semiestruturadas com 11 usuários e 25 profissionais. Segundo a autora, o silêncio aparece num lugar de discurso acerca da dor sofrida pelos sujeitos e que, ao mesmo tempo, serve de proteção na manutenção de determinadas relações. Logo, analisar o silêncio frente a situações de violência traz compreensão e coesão entre profissionais e usuários do serviço.
P3	Políticas públicas de segurança no Brasil: para pensar os direitos humanos de LGBT	Avelar, Rezende Bruno de	2014	Sociologia	Tese	O trabalho tem como objetivo analisar as políticas de segurança pública frente a violência contra a comunidade LGBTQIA+. A noção de "direitos" estritamente relacionada aos direitos humanos, a partir da Declaração Universal dos Direitos humanos de 1948. O foco da pesquisa é analisar as dinâmicas, contradições e processos relativos a ações, programas, estruturas e políticas públicas do Governo Federal para esta população na área específica da segurança pública, bem como a participação da sociedade civil neste debate. Pesquisa feita a partir de uma revisão teórica sobre os temas violência e políticas públicas e uma análise documental dos programas de política de segurança.
P4	Características epidemiológicas da morbimortalidade por violência em homossexuais na cidade de João Pessoa - PB	Oliveira, Thaisy Sarmento Batista de	2014	Saúde Pública	Dissertação	O trabalho tem como objetivo identificar as características epidemiológicas da violência contra o homossexual, no município João Pessoa (PB). Material e métodos: Estudo do tipo documental e retrospectivo, com abordagem indutiva e procedimento descritivo, através da observação indireta, realizado no período de maio de 2009 a julho de 2013 na Delegacia Especializada em Crimes Homofóbicos - DECCCH e no Instituto de Polícia Científica ambas localizadas na cidade de João Pessoa - PB. Foram coletados todos os dados dos 315 boletins de ocorrência do período proposto e seus respectivos laudos dos exames de corpo de delito. O instrumento de coleta consistiu de um formulário específico, composto por questões dicotômicas ou de múltipla escolha. As variáveis independentes analisadas foram: ano, mês, data, sexo, idade e dia da semana. As variáveis dependentes do estudo foram: tipo de violência, os tipos de ocorrências, local da injúria, autor da agressão, quantificação das lesões, local do corpo atingido, tipo de lesão em tecido mole e ocorrência do óbito.
P5	"Você tem que ficar manobrando as coisas": lesbianidades, violências cotidianas e possibilidades de resistência	Silva, Tanieli de Moraes Guimarães	2015	Ciências Sociais	Dissertação	O trabalho tem como objetivo refletir sobre as "lesbianidades", as violências e as estratégias de manejo de lésbicas acerca desta violência. O eixo teórico central acerca da temática de sexualidade e gênero é a partir de Butler (2000; 2010), de Das (1999) sobre violência e de Ortner (2007) sobre agência. O método utilizado é o da História de vida e etnográfico, a partir da observação participante em bares, boates e outros espaços juntamente a entrevistas semi estruturadas com dez mulheres, entre 24 e 30 anos. O ambiente familiar e religioso aparecem como locais frequentes de violência. Nesse sentido, as mulheres precisam "manobrar" as coisas e essa ideia de manejo é pensada pela autora do trabalho como uma forma de agência.
P6	Formas de violência contra mulheres lésbicas: um estudo sobre percepções, discursos e práticas	Melo, Mariana Soares Pires	2016	Sociologia	Dissertação	A presente dissertação procura refletir a respeito das variadas formas de violência praticadas contra mulheres lésbicas, analisando esses processos em suas percepções e como influenciam na construção de seus discursos e práticas. Para isso, foram realizadas entrevistas em profundidade com dez mulheres que se identificavam enquanto lésbicas, a fim de observar processos violentos em suas narrativas, bem como as maneiras como percebem e lidam com os mesmos, reconhecendo que tais processos atuam diretamente em suas construções enquanto sujeitos ou "não-sujeitos", nas relações com outros indivíduos e instituições sociais. Refletimos, assim, sobre a categoria de violência diretamente conectada com questões de gênero e sexualidade, dialogando especialmente com Michel Foucault, Judith Butler e a sociologia do desvio.
P7	A produção de violências na relação de cuidado em saúde da população LGBT no SUS	Fébole, Daniele da Silva	2017	Psicologia	Dissertação	Este trabalho tem como objetivo investigar a produção de violências na relação de cuidado em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) em sua relação com os efeitos de visibilidade e invisibilidade dessa sexualidade no âmbito da saúde pública no Brasil. Na construção do corpus metodológico, apresentamos a pesquisa "Análise do Acesso e da Qualidade de Atenção Integral à Saúde da População LGBT no SUS" e situamos nosso recorte de pesquisa para esse trabalho, que é analisar trechos das oficinas que foram realizadas nessa pesquisa com a população LGBT. A estação Sul, a qual fazemos parte, ficou encarregada de realizar oficinas em Maringá-PR, Curitiba-PR e Porto Alegre-RS. Foram realizadas 17 oficinas ao total, e nos utilizamos, nessa dissertação, de 8 para as análises.
P8	As diferentes formas de expressão da homofobia e as variações nas vivências de gays e lésbicas de Natal/RN	Oliveira, Rayane Dayse da Silva	2017	Ciências Sociais	Dissertação	Este trabalho consiste em um estudo teórico-empírico acerca das formas de expressão da homofobia e tem como objetivo central analisar as distinções e as nuances entre os tipos de violência mais praticados contra gays e lésbicas. No que se refere à parte teórica, utilizamos como referencial, principalmente, obras de autores dos estudos críticos de gênero e sexualidade e estudos referentes à questão da violência; quanto ao nosso campo empírico, temos a cidade de Natal/RN como locus de pesquisa onde realizamos entrevistas estruturadas com gays e lésbicas.
P9	A luta é coletiva, mas a resistência é individual? Violências vivenciadas e estratégias de enfrentamento construídas pela comunidade universitária de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades	Faria, Mateus Aparecido de	2018	Saúde Coletiva	Dissertação	A perspectiva de violência que o autor trabalha é a partir de Butler (2003, 2011, 2015a, 2015b), Minayo (2006), OMS (2002) e "aparato jurídico brasileiro". Tangenciando o tema, também Arendt (2004) e Bourdieu (1989). O autor traz uma extensa explanação acerca do conceito de violência passando por diversos autores e instituições. Utilização do conceito de violência simbólica, cunhado por Bourdieu. Trabalha a ideia de performatividade de gênero atrelada a constituição da família de matriz heterossexual, modelo proposto por Rubin, produzindo binarismos hegemônicos sociais. Dentre os nove participantes entrevistados, todos LGBTQIA+, quatro eram lésbicas. Pessoas entre 21 e 29 anos, que já passaram ou estão no ensino superior. Análise discursiva das entrevistas, reunindo termos e conceitos que mais apareciam.
P10	Falar do ódio fora do ódio : testemunho de ativistas lésbicas sobre o discurso de ódio nas redes sociais	Motter, Julianna Paz Japiassu	2018	Direitos Humanos e Cidadania	Dissertação	Este trabalho pretende construir um testemunho sobre o discurso de ódio experienciado por três ativistas lésbicas na internet (com ênfase nas redes sociais), entendendo que a linguagem é capaz de ferir, mas, simultaneamente, de dar outros sentidos e ressignificar as práticas de ódio. O desafio de falar do ódio fora do ódio é tomar como escopo de análise e construção de categorias as próprias narrativas das ativistas, e não o discurso odioso. Ressaltando a relevância de pensar e arguir teoricamente sobre a necessidade de construir outras formas de sociedade, conclui-se que o testemunho surge como uma estratégia para conferir materialidade à violência causada pela linguagem, reumanizar as vítimas e possibilitar que sejam construídas formas alternativas e discursivas de resistência.